

# Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

**Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas  
referentes ao exercício findo  
em 31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>5</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>16</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>17</b>

## **Relatório da Administração**

Senhores Acionistas,

O Martins submete aos senhores o relatório da administração e as demonstrações financeiras, com o parecer dos auditores independentes, referente aos exercícios sociais de 2019 e 2018.

O ano de 2019, que antevíamos como de recuperação, mostrou-se um outro ano difícil, marcado por baixo crescimento econômico, manutenção do desemprego em níveis elevados e crise fiscal nos Estados e Municípios. Tal ambiente não é favorável ao consumo e, ainda, agrava o ambiente concorrencial. Apesar de tal cenário, positivos foram as reformas e ajustes conduzidos pelo Executivo e Legislativo com objetivo de endereçar as incertezas fiscais e tornar o ambiente de negócios mais claro e, conseqüentemente, favorável a novos investimentos.

Reflexo desse ambiente difícil, a receita bruta consolidada atingiu R\$ 5.094 milhões (2018 – R\$ 4.900 milhões), um crescimento de 3,9%, enquanto a receita líquida foi de R\$ 4.267 milhões (2018 – R\$ 4.137 milhões), um crescimento de 3,1%. Nossa área de crédito manteve as perdas em patamares mínimos de 0,2% da receita líquida (2018 – 0,2%) considerando o volume de transações no período, mesmo com o aumento da inadimplência no varejo. O lucro bruto, de R\$ 869 milhões (2018 – R\$836 milhões), cresceu 3,9%. As despesas comerciais, de distribuição, gerais e administrativas, líquidas de outras receitas operacionais, totalizaram R\$ 792 milhões (R\$ 790 milhões), praticamente em linha com o realizado em 2018. Eventos não recorrentes afetando o resultado do ano, envolve o reconhecimento de créditos tributário do PIS e Cofins, exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições (valor do crédito – R\$ 102 milhões antes do IR e CSLL), e os gastos associados à descontinuação de projetos (Total dos gastos – R\$ 13 milhões antes do IR e CSLL). O lucro líquido do ano totalizou R\$ 121 milhões (2018 – R\$ 28 milhões), um crescimento de 332%.

Os investimentos, no ano, totalizaram em R\$ 70 milhões (2018 – R\$ 29 milhões), aplicados, principalmente, na aquisição de caminhões e em tecnologia da informação, parte importante destinada a implementação da plataforma do Marketplace “B2B”.

O valor proposto a título de dividendos sobre o ano, incluindo os juros sobre capital próprio, foi de R\$ 4 milhões (2018 – R\$ 7 milhões) em linha com o disposto em nosso estatuto social que prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido anual ajustado da Sociedade, incluindo as quantias pagas a título de juros sobre o capital próprio.

O nosso Balanço Patrimonial segue sólido com um nível de liquidez suficiente para suportar nossos negócios.

Em 2019 fortalecemos nosso time e direcionamos nossos recursos para o que consideramos fundamental para nossos negócios, o Plano MARTINS 2021, cujas quatro colunas compreendem: Focar no Cliente; Resgatar a Essência; Alavancar o SIM (Fidelização ao Sistema Martins, que compreende além do Martins, o Tribanco e empresas financeiras); e Digitalizar.

Destacamos aqui algumas das nossas conquistas já oriundas da implementação da estratégia Martins 2021: Chegamos a 215 mil clientes distintos atendidos no ano, mais de 205 mil entregas/mês em mais de 5.000 municípios, mudamos a forma de negociar com as indústrias, implementamos soluções conjuntas com o Tribanco e nosso Marketplace já é uma realidade. Investimos no nosso “Data Lab”, parte importante do pilar estratégico da Digitalização e que viabilizará a transformação de dados em valor para nossos negócios, na busca contínua de maior eficiência e rentabilidade.

Ajustamos nossa estrutura organizacional, inclusive com a eliminação de um nível hierárquico, com o objetivo de dar mais velocidade às decisões e também para implementar as transformações necessárias no sentido de simplificação, agilidade e colaboração. Crescemos a Força de Vendas presencial em 450 pessoas com foco em especialização e regionalização, além de elevarmos o patamar de gestão da mesma – chegamos ao final de 2019 com 3.558 representantes comerciais.

Outro destaque importante é a evolução de nossa área de Recursos Humanos que passa a ter a missão de capacitar melhor nossas pessoas para os desafios atuais e futuros, através da maior proximidade e compreensão das nossas áreas de operações e negócios e seus desafios, com o objetivo de suportar, fortemente, a execução da visão estratégica MARTINS 2021.

Ao final do ano contávamos com 4.460 colaboradores (4.450 em 2018).

Em 2019 o Martins completou 66 anos de atividade. Durante todo este tempo, a nossa empresa, por meio de seu modelo de operação de atacadista-distribuidor, tem como missão ser um canal eficiente para seus fornecedores na distribuição de produtos ao pequeno varejo. Somado a isso trabalhamos para o desenvolvimento e a profissionalização dos pequenos e médios empresários via provisão de capacitação, ferramentas de gestão e crédito.

Aproveitamos esta oportunidade para agradecermos aos nossos clientes, fornecedores e colaboradores. Aos clientes, a razão de nossa existência, por nos honrar com sua fidelidade ao longo desses 66 anos; aos nossos fornecedores por nos confiarem a distribuição de seus produtos; e aos nossos colaboradores pelos seus esforços contínuos em fazer dessa organização referência no cenário nacional.

Finalmente, gostaríamos de expressar nosso reconhecimento aos nossos acionistas pela confiança em nós depositada e pelo seu comprometimento firme com a estratégia atual e com o crescimento da nossa organização. Adicionalmente, reforçamos aqui nosso compromisso incondicional e inabalável com a causa MARTINS.



KPMG Auditores Independentes

Av. dos Municípios, 146, SI-03

1º andar - Tabajaras

38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil

Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil

Telefone +55 (34) 3303-5400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da**

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**

Uberlândia - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. ("Sociedade") em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### ICMS na base de cálculo de Pis e Cofins

Veja a Nota 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 2008, a Sociedade entrou com mandado de segurança para objetivar a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS, solicitando a restituição e compensação dos valores pagos no período em que considerou o ICMS na base de cálculo das referidas contribuições em anos anteriores.</p> <p>Em maio de 2019, houve trânsito em julgado com decisão favorável à Sociedade, que obteve por segregar o pedido de restituição em duas etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>— Na primeira etapa, a decisão transitada em julgado já garante um direito, aos créditos fiscais, que é praticamente certo. Portanto, a Sociedade procedeu com a habilitação parcial solicitando a compensação e reconhecendo contabilmente os ativos decorrentes desses créditos fiscais, conforme determina o COSIT nº 13 de 2018.</li><li>— Na segunda etapa, ainda existe uma discussão judicial sobre um saldo remanescente de créditos fiscais que considera, para fins de mensuração, a base no valor bruto, sem exclusão de ICMS incidente nas aquisições. Não existe trânsito em julgado para essa segunda etapa, para o qual foi solicitado liquidação judicial, mas a Sociedade, com auxílio de seus assessores jurídicos, classificou o êxito do processo como provável e divulgou seus potenciais impactos nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</li></ul> <p>Devido à complexidade associada ao julgamento quanto à classificação de risco</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos internos e assessores jurídicos terceirizados pela Sociedade e a confronto das confirmações obtidas com os registros contábeis e o prognóstico de perda utilizado pela Companhia;</li><li>• Avaliação, com envolvimento dos nossos especialistas em Impostos, do cálculo realizado para apuração do PIS e da Cofins com a exclusão do ICMS da base de cálculo;</li><li>• Avaliação, com envolvimento dos nossos especialistas da área Legal, da classificação do êxito do processo na segunda etapa, classificado como provável;</li><li>• Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos resumidos acima, consideramos aceitáveis os saldos dos créditos de PIS e Cofins, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

<p>acerca do processo de liquidação na segunda etapa, descrita acima, bem como os impactos significativos que qualquer alteração nesse julgamento poderia causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	
<b>Adoção Inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos</b>	
<p>Veja a Nota 3(a), 4(m) e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>	
<p><b>Principais assuntos de auditoria</b></p>	<p><b>Como auditoria endereçou esse assunto</b></p>
<p>A Sociedade mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamento operacional que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A nova norma especifica como uma entidade deve reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar seus contratos de arrendamento, promovendo um único modelo de contabilização de arrendamentos, o que exige o reconhecimento de ativos de uso e passivos de arrendamento para todos contratos de arrendamento.</p> <p>Em função do alto grau de julgamento envolvido na determinação expedientes práticos, como opções de renovação e cancelamento, que definem o prazo dos arrendamentos, além da complexidade das estimativas, como as taxas de desconto utilizadas na mensuração das transações de arrendamento, incluindo o fato de ser a aplicação inicial de uma norma contábil e o impacto financeiro que eventuais alterações de julgamentos e estimativas adotados pela Sociedade poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>— Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados à captura das informações necessárias para identificação dos contratos de arrendamento aplicáveis ao novo pronunciamento.</li> <li>— Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto, tais como risco de crédito da Sociedade, estimativas relacionadas ao ambiente econômico e garantia dos ativos.</li> <li>— Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Sociedade para definição de expedientes práticos a serem aplicados, bem como as opções de renovação e cancelamento, utilizadas na definição do prazo de arrendamento.</li> <li>— Em base amostral, confronto das informações dos contratos de arrendamento com aquelas que foram consideradas na mensuração das transações de arrendamentos, tais como prazo e valor total do contrato.</li> </ul> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, bem como consideramos aceitáveis os saldos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, bem como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.</p>

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

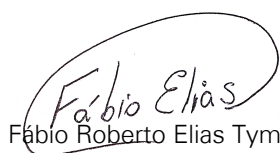
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Uberlândia, 31 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Fábio Roberto Elias Tymburibá

Contador CRC 1SP214859/O-0

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18			31/12/19	31/12/18		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	140.512	157.354	158.863	174.205	Fornecedores	14	804.834	787.378	797.083	793.366
Contas a receber	6	443.430	414.360	449.971	419.085	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2.581	2.830	10.515	7.389
Estoques	7	679.800	658.500	680.419	664.786	Salários, encargos e benefícios sociais	17	27.015	27.989	31.291	32.626
Impostos a recuperar	8	105.217	58.955	111.999	62.670	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.628	971
Dividendos a receber	9.b	3.072	1.000	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	23.567	22.027	25.312	24.497
Crédito com fornecedores		22.242	27.588	22.268	27.957	Arrendamento Mercantil	11.b	29.089	-	32.181	-
Outros ativos		9.327	10.605	12.336	11.633	Dividendos e juros sobre o capital próprio	9.b e 20.c	3.400	6.467	8.400	11.468
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.403.600</b>	<b>1.328.362</b>	<b>1.435.856</b>	<b>1.360.336</b>	Outros passivos		35.406	31.708	45.149	34.375
						<b>Total do passivo circulante</b>		<b>925.892</b>	<b>878.399</b>	<b>951.559</b>	<b>904.692</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo:</b>						<b>Realizável a longo prazo:</b>					
Depósitos judiciais	19.d	8.301	10.281	9.100	10.673	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	206.470	204.875	237.258	204.875
Empréstimos e adiantamentos com partes relacionadas	9.b	2.680	25	-	-	Arrendamento Mercantil	11.b	70.997	-	73.289	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	46.457	38.766	46.457	38.766	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	15.034	15.592	15.033	15.592
Impostos a recuperar	8	106.726	59.339	106.726	59.339	Provisões para contingências	19	36.396	42.511	39.584	43.975
Outros ativos		1.145	1.216	1.208	1.280	Outros passivos		1.000	1.000	1.000	1.000
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>165.309</b>	<b>109.627</b>	<b>163.491</b>	<b>110.058</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>329.897</b>	<b>263.978</b>	<b>366.164</b>	<b>265.442</b>
						<b>Patrimônio líquido</b>	20				
Investimentos	10	49.725	49.719	54	53	Capital social		124.738	124.738	124.744	124.744
Direito de uso de arrendamento	11.a	96.363	-	101.517	-	Reservas de lucros		387.317	270.674	387.326	270.683
Imobilizado	12	38.729	32.878	114.757	77.446	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		512.055	395.412	512.055	395.412
Intangível	13	14.118	17.203	14.118	17.668	Participação de não controladores		-	-	15	15
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>364.244</b>	<b>209.427</b>	<b>393.937</b>	<b>205.225</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>512.055</b>	<b>395.412</b>	<b>512.070</b>	<b>395.427</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.767.844</b>	<b>1.537.789</b>	<b>1.829.793</b>	<b>1.565.561</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.767.844</b>	<b>1.537.789</b>	<b>1.829.793</b>	<b>1.565.561</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
<b>Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços</b>	23	4.226.798	4.089.587	4.266.821	4.137.336
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	24	(3.381.176)	(3.276.147)	(3.398.278)	(3.301.781)
<b>Lucro bruto</b>		845.622	813.440	868.543	835.555
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Comerciais e de distribuição	24	(779.941)	(711.999)	(751.583)	(701.383)
Gerais e administrativas	24	(106.689)	(110.502)	(140.772)	(136.713)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	96.374	46.473	100.058	47.837
Equivalência patrimonial	10	14.681	4.778	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		70.047	42.190	76.246	45.296
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras		22.713	22.018	23.437	22.954
Despesas financeiras		(26.250)	(25.055)	(28.039)	(25.972)
Variações monetárias e cambiais		43.097	1.220	43.749	1.330
	26	39.560	(1.817)	39.147	(1.688)
<b>Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		109.607	40.373	115.393	43.608
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Correntes		3.345	(7.464)	(2.434)	(10.693)
Diferidos		7.691	(4.942)	7.691	(4.942)
	18.b	11.036	(12.406)	5.257	(15.635)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		120.643	27.967	120.650	27.973
<b>Lucro líquido atribuível a:</b>					
Acionistas controladores				120.643	27.967
Acionistas não controladores				7	6
				120.650	27.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
<b>Lucro líquido do exercício</b>	120.643	27.967	120.650	27.973
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>120.643</u>	<u>27.967</u>	<u>120.650</u>	<u>27.973</u>
<b>Resultado atribuível a:</b>				
Acionistas controladores			120.643	27.967
Acionistas não controladores			<u>7</u>	<u>6</u>
			<u>120.650</u>	<u>27.973</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Atribuível aos acionistas da controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
		Legal	Retenção	Reservas de Incentivos fiscais				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>224.752</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>374.437</u>	<u>16</u>	<u>374.453</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.967	27.967	6	27.973
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	20.d	-	-	-	(6.992)	(6.992)	-	(6.992)
Aquisição de participação não controladora	20.e	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Transferência para reserva de lucros		-	<u>20.975</u>	<u>-</u>	<u>(20.975)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>245.727</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>395.412</u>	<u>15</u>	<u>395.427</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	120.643	120.643	7	120.650
Subvenções para investimento	20.c	-	(27.967)	135.198	(107.231)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	20.d	-	-	-	(4.000)	(4.000)	-	(4.000)
Aquisição de participação não controladora	20.e	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Transferência para reserva de lucros		-	<u>9.412</u>	<u>-</u>	<u>(9.412)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>227.172</u>	<u>135.198</u>	<u>-</u>	<u>512.055</u>	<u>15</u>	<u>512.070</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
	109.607	40.373	115.393	43.608
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				
<b>Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>				
	7.155	818	12.911	2.419
	45.733	18.695	58.494	25.419
11, 12 e 13	(37)	(786)	(5.065)	(2.011)
	(37.946)	2.486	(37.326)	2.827
11 e 26	13.204	3.155	13.204	3.155
15	(14.681)	(4.778)	-	-
10	5.371	5.586	5.266	5.586
19	(376)	157	1.753	1.119
6	(136)	(731)	(20)	(445)
7 e 8	(4.529)	835	(4.772)	835
	-	(487)	(504)	(8)
12.b e 13	(3.608)	(29)	(3.608)	(29)
	119.757	65.294	155.726	82.475
<b>Variações em:</b>				
	(28.935)	66.229	(30.739)	97.652
	(19.304)	(95.273)	(13.175)	(87.683)
	(43.106)	(26.213)	(45.131)	(25.563)
	5.345	1.291	5.688	2.156
	1.395	(239)	2.459	381
	1.980	1.625	1.574	1.490
	(2.555)	614	-	2.139
	17.457	18.131	3.713	(15.305)
	(974)	3.190	(876)	3.143
	-	(384)	-	(399)
	10.793	(4.589)	10.086	(4.421)
19	(9.533)	(8.239)	(10.158)	(8.639)
	3.602	(13.482)	10.366	(13.127)
	55.922	7.955	89.533	34.299
11 e 15	(17.916)	-	(18.999)	(497)
	(8.417)	(10.520)	(13.854)	(13.861)
	29.589	(2.565)	56.680	19.941
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
	-	24.562	-	24.562
	-	-	632	-
	(697)	-	(697)	-
10	(477)	(6.452)	-	-
10	-	5.539	-	-
9	8.528	9.535	-	-
	-	1.415	1.924	2.660
12 e 13	(24.511)	(16.299)	(70.085)	(28.957)
	(17.157)	18.300	(68.226)	(1.735)
<b>Fluxo de caixa proveniente (utilizado nas) das atividades de investimento</b>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
15	1.519	879	42.821	4.304
	-	200.000	-	200.000
	-	(1.307)	-	(1.307)
	-	(169.123)	-	(169.123)
	-	-	(7.139)	(3.947)
11	(24.326)	-	(27.738)	-
10	(6.467)	(9.471)	(11.740)	(15.133)
	(29.274)	20.978	(3.796)	14.794
	(16.842)	36.713	(15.342)	33.000
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>				
	140.512	157.354	158.863	174.205
	157.354	120.641	174.205	141.205
	(16.842)	36.713	(15.342)	33.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

### Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
<b>Receitas</b>					
Vendas brutas de mercadorias e serviços prestados	23	4.997.835	4.792.370	5.042.675	4.848.340
Outras (despesas) receitas		(6.656)	(235)	(5.290)	627
Constituição de provisão para perdas estimadas para redução ao valor recuperável	6	136	731	20	446
		<u>4.991.315</u>	<u>4.792.866</u>	<u>5.037.405</u>	<u>4.849.413</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(2.756.668)	(3.837.646)	(2.772.608)	(3.861.870)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(547.675)	(486.257)	(458.297)	(414.125)
Provisão para perda na realização de ativos		<u>8.147</u>	<u>(354)</u>	<u>6.445</u>	<u>(354)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<u>1.695.119</u>	<u>468.609</u>	<u>1.812.945</u>	<u>573.064</u>
<b>Retenção</b>					
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	(45.733)	(18.695)	(58.494)	(25.419)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela sociedade</b>		<u>1.649.386</u>	<u>449.914</u>	<u>1.754.451</u>	<u>547.645</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	10	14.681	4.778	-	-
Perda decorrente da variação do percentual de participação		(5.371)	(5.586)	(5.266)	(5.586)
Receitas financeiras	26	70.191	24.137	71.786	25.183
Aluguéis		-	409	-	-
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<u>1.728.887</u>	<u>473.652</u>	<u>1.820.971</u>	<u>567.242</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
Pessoal e encargos:					
Salários e encargos		203.425	197.944	253.526	247.919
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria	9.c	7.176	7.703	7.176	7.945
Participação dos empregados nos lucros			(451)		131
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		590.479	92.245	615.799	113.856
Estaduais		769.055	91.729	780.105	104.893
Municipais		2.046	2.041	3.767	3.714
Financiadores:					
Juros e variações cambiais	26	30.631	25.954	32.639	26.871
Aluguéis		5.432	28.520	7.308	33.940
Juros sobre o capital próprio e dividendos	20	4.000	6.992	9.682	12.129
Lucros retidos		<u>116.643</u>	<u>20.975</u>	<u>110.969</u>	<u>15.844</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<u>1.728.887</u>	<u>473.652</u>	<u>1.820.971</u>	<u>567.242</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais - R\$)

### 1 Contexto operacional

A Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida José Andraus Gassani, 5.400, na cidade de Uberlândia - MG, sendo controlada pela Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), que, por sua vez, é controlada pela Almar Participações Ltda., sendo todas as empresas constituídas na forma de companhia de capital fechado. A Sociedade atua no atacado e varejo, comercializando e distribuindo bens de consumo duráveis e não duráveis, incluindo produtos farmacêuticos e assemelhados, bem como prestando serviços de transporte de carga, descarga, paletização, armazenagem, concessão e licenciamento de uso da marca Smart e disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista.

#### a. Relação de Sociedades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 4 (a).

Segue abaixo lista das controladas relevantes da Sociedade:

	Participação - %	
	31/12/19	31/12/18
Martins Integração Logística Ltda. (“MIL”)	99,95	99,94
Martins Veículos Uberlândia Ltda. (“Martins Veículos”)	99,99	61,84
Martins URN-MG Distribuição Ltda. (“SLIM-MG”)	99,99	99,99
Martins URN-GO Distribuição Ltda. (“SLIM-GO”)	99,99	99,99
Martins SP Distribuição Ltda. (“SLIM-SP”)	99,99	99,96
Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. (“SLIM-NE”)	99,99	99,98
MD Distribuição e Serviços Ltda. (“MD”)	99,99	99,99
Martins Caminhões Ltda.	94,23	94,23
CDM PE Comércio e Serviços de Distribuição LTDA.	99,95	99,95
Rede Smart Nacional Serviços de Varejo Ltda.	99,99	-

### 2 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), inclusive instrução CVM nº 476 que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Sociedade estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b. Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Sociedade e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o Real (R\$), representando o ambiente econômico no qual a Sociedade atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Uso de estimativas e julgamento**

Na aplicação das práticas contábeis pela Sociedade e suas controladas, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 4(a)** - Consolidação - Determinação se a Sociedade detém de fato controle sobre uma investida.
- **Nota explicativa 4(l)** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Sociedade tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa 4(m)** - classificação de arrendamento mercantil.

**(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** - Contas a receber - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 7** - Estoques - Reconhecimento e mensuração de perdas na realização dos estoques;
- **Nota explicativa 8** - Impostos a recuperar - Provisão para perdas líquidas no valor recuperável em créditos de ICMS;
- **Nota Explicativa 18** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Nota explicativa 19** - Provisões - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 23** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução.

**(iii) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria, quando houver.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e semelhantes.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas na Nota explicativa 21 - instrumentos financeiros.

**d. Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

### **3 Novas normas, alterações e interpretações de normas**

**a. Adoção inicial do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil**

A Sociedade adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada em que as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e

interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

A Sociedade classificava anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. Como resultado, a Sociedade, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

**(i) Aspectos considerados na adoção inicial**

*Definição do arrendamento*

Anteriormente, a Sociedade determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Com o CPC 06(R2), a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita a seguir, e na transição escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Sociedade aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos, sendo que a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

*Como arrendatário*

Como arrendatário, os principais tipos de ativos que a Sociedade arrenda são:

- **Imóveis:** armazéns onde estão localizados os estoques da Sociedade, centro administrativo e filiais.
- **Veículos:** frota de veículos que são usados pela força de vendas;
- **Equipamentos:** aluguel de computadores e impressoras.

A Sociedade classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Sociedade. De acordo com o CPC 06 (R2), a Sociedade reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

### *Adoção inicial*

A Sociedade utilizou expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI).

O montante de arrendamentos de ativos de baixo valor e curto prazo não reconhecidos, conforme apresentado acima, foi no montante de R\$240.

Para os arrendamentos que eram anteriormente classificados como arrendamento financeiro conforme CPC 06 (R1), o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data.

Veja mais detalhes sobre a política na nota explicativa 4(m).

### **(ii) *Efeitos de transição***

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R1)/IAS 17, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Sociedade optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor bem como de curto prazo. A Sociedade reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Sociedade excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Sociedade descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019, que foi de 5,52% a.a. na controladora e nas controladas. A Administração da Sociedade realizou adicionalmente cálculo da taxa média efetiva, descontando a projeção de inflação (IPCA – 3,6% a.a.), a taxa real seria de 1,85% a.a. A Administração estima que se a Sociedade tivesse registrado a adoção inicial descontando os fluxos de pagamentos do arrendamento utilizando à taxa real, a mensuração do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento seria na ordem de R\$ 83.243 na Sociedade e R\$ 89.846 no Consolidado.

**(iii) Impactos da adoção inicial nas demonstrações financeiras**

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Sociedade reconheceu R\$ 80.296 (R\$ 86.665 no Consolidado) de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

Os quadros abaixo demonstram os efeitos patrimoniais da adoção inicial:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial	Saldo anterior	Ajuste adoção inicial	Saldo após adoção inicial
<b>Ativo</b>						
Circulante						
<b>Total do Ativo Circulante</b>	1.328.362	-	1.328.362	1.360.336	-	1.360.336
Não Circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.766	-	38.766	38.766	-	38.766
Direito de uso - arrendamento	-	80.296	80.296	-	86.665	86.665
Demais ativos	170.661	-	170.661	166.459	-	166.459
<b>Total do ativo não circulante</b>	209.427	80.296	289.723	205.225	86.665	291.890
<b>Total de ativo</b>	1.537.789	80.296	1.618.085	1.565.561	86.665	1.652.226
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						
Circulante						
Arrendamento mercantil	-	20.616	20.616	-	23.336	23.336
Demais passivos	878.399	-	878.399	904.692	-	904.692
<b>Total do passivo circulante</b>	878.399	20.616	899.015	904.692	23.336	928.028
Não circulante						
Arrendamento mercantil	-	59.680	59.680	-	63.329	63.329
Demais passivos	263.978	-	263.978	265.442	-	265.442
<b>Total do passivo não circulante</b>	263.978	59.680	323.658	265.442	63.329	328.771
<b>Total do patrimônio líquido</b>	395.412	-	395.412	395.427	-	395.427
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	1.537.789	80.296	1.618.085	1.565.561	86.665	1.652.226

**b. IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro**

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS 12/CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela Sociedade.

Se a Sociedade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Sociedade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Sociedade entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade, uma vez que os principais tratamentos de apuração de imposto de renda e de contribuição social são considerados pela administração da Sociedade, com suporte dos seus consultores jurídicos, como provável que seja aceito pelas autoridades tributárias.

**c. Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).

**4 Principais práticas contábeis**

A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma mudança na política contábil (Veja nota explicativa 3).

**a. Bases de consolidação**

***Definição de controladas para fins de consolidação***

Controladas são todas as Sociedades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Sociedade e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao ser avaliado se a Sociedade controla ou não outra Sociedade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

***Critérios de consolidação e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas***

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas diretas.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. Nas empresas controladas pela Sociedade foram destacadas as participações dos não controladores.

**b. Receita de contrato com o cliente**

As informações sobre as políticas contábeis da Sociedade relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 23.

**c. Transação em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado a título de variação cambial.

**d. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL**

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

O IRPJ e a CSLL da Sociedade e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real e lucro presumido, como aplicável a cada empresa, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais não utilizados, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos IRPJ e CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

**e. Estoques**

Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior. Também são constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.



**f. Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- **Edificações** - 25 anos
- **Benfeitorias em propriedades de terceiros** - 3 a 10 anos
- **Máquinas e equipamentos** - 2 a 12 anos
- **Equipamentos de informática** - 2 a 5 anos
- **Veículos de apoio e transporte**- 3 a 10 anos

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que não se enquadram na definição de ativo qualificável, conforme descrito no item 5 do pronunciamento técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas por sua vida útil estimada ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguel, dos dois o menor.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

**g. Intangível**

Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração.

**g.1 Programas de computador (softwares)**

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 13, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, é provável a geração de benefícios econômicos futuros superiores ao respectivo custo. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

**g.2 *Outros ativos intangíveis***

Os custos com a aquisição de patentes e marcas comerciais são capitalizados e amortizados utilizando o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº13.

**h. Instrumentos financeiros**

**h.1 *Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**h.2 *Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### ***h.3 Desreconhecimento***

*Ativos financeiros*

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Sociedade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### ***h.4 Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

### ***i.1 Ativos financeiros não-derivativos***

#### *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Sociedade considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando o conjunto de variáveis de risco do sacado apresentar consistência comportamental.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposto ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Sociedade em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

## **i.2 Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não as propriedades para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

**j. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização.

**k. Contas a receber**

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão ao valor recuperável, conforme política descrita na nota explicativa 4.i.1.

A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de vendas a prazo, as quais foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 4,40% a.a. em dezembro de 2019, base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica "Contas a receber" (nota 6) e sua contrapartida na rubrica "Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços" (nota 23) pela fruição do prazo.

As contas a receber são baixadas pelo recebimento integral de seus clientes.

**l. Investimentos em controladas**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas são eliminados à medida da participação da Sociedade; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente ("*impairment*") do ativo transferido.

As práticas contábeis adotadas pelas controladas são uniformes às adotadas pela Sociedade.

**m. Arrendamento mercantil**

Até 31 de dezembro de 2018, a Sociedade classificava seus contratos de arrendamento mercantil no momento da sua contratação, como:

- **Financeiros:** os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros e são registrados no imobilizado e submetidos a depreciações calculadas de acordo com a vida útil estimada dos respectivos bens.



- **Operacionais:** os contratos de locação da Sociedade, referentes a bens imóveis, são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos no resultado do exercício como despesa operacional.

A partir de 01 de janeiro de 2019, a Sociedade adotou o CPC 06 (R2), conforme política detalhada a seguir.

### ***Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019***

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Sociedade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

### ***Como arrendatário***

A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamentos operacionais das instalações dos armazéns e veículos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, deduzido dos créditos tributários do Pis e Cofins, recuperados sobre os pagamentos mensais dos arrendamentos e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Sociedade não possui componente do custo com valores de pagamentos de arrendamento variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Sociedade possui contratos relevantes junto à Controlada Martins Participações Ltda (parte relacionada), com prazos de vencimentos anuais e que podem ser renovados anualmente. Considerando que tanto a Sociedade quanto a parte relacionada não têm intenção de cancelar o contrato no curto prazo, a Administração, com base no planejamento estratégico que abrange um período de 5 (cinco) anos, estimou um prazo de vigência destes contratos por igual período, para efeito de cálculo do valor presente e depreciação do direito de uso.

#### ***Arrendamentos de ativos de baixo valor***

A Sociedade não reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Sociedade e suas Controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### ***Como arrendador***

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade não possuía ativos arrendados.

#### **n. Provisões**

Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

#### **o. Empréstimos e financiamentos**

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

**p. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 4,40% a.a. em dezembro de 2019, base das captações para as respectivas datas-bases. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" (nota 14), "Estoques" (nota 7) e "Custo das mercadorias vendidas" (nota 24), pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

**q. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Sociedade que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Sociedade.

**r. Demonstração do valor adicionado**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Caixa e bancos	277	1.210	801	2.345
Aplicações financeiras (*)	140.235	156.144	158.062	171.860
<b>Total</b>	<b>140.512</b>	<b>157.354</b>	<b>158.863</b>	<b>174.205</b>

(\*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB´s junto ao Banco Triângulo (parte relacionada) remunerados às taxas que variam entre 100% a 106% (100% a 106% em 31 de dezembro de 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e Operações Compromissadas com liquidez diária e isentas de IOF junto a bancos de primeira linha remuneradas às taxas que variam entre 86% a 98,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (80% a 99% em 31 de dezembro de 2018). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

## 6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Contas a receber de clientes	443.158	414.583	451.091	420.420
Partes relacionadas (nota explicativa 9.a)	1.529	1.170	778	583
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (c)	(1.257)	(1.393)	(1.898)	(1.918)
<b>Total</b>	<b>443.430</b>	<b>414.360</b>	<b>449.971</b>	<b>419.085</b>

a. Os saldos a receber por idade de vencimento, dos títulos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
A vencer	423.014	388.198	430.196	394.054
<b>Vencidos:</b>				
Até 30 dias	16.004	23.636	16.004	23.030
Até 60 dias	1.561	1.472	1.561	1.472
Até 90 dias	1.005	663	1.005	663
Até 180 dias	2.794	1.518	2.794	1.518
Acima de 180 dias	309	266	309	266
<b>Total</b>	<b>444.687</b>	<b>415.753</b>	<b>451.869</b>	<b>421.003</b>

b. Perdas estimadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

A exposição da Sociedade a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber', está divulgada na nota explicativa 21.

***Exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes para clientes individuais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por risco de crédito:***

	Controladora				Consolidado			
	2019		2018		2019		2018	
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Provisão de perda estimada
Altíssimo	1,00%	26.213	(263)	(138)	1,00%	26.213	(263)	(138)
Alto	0,65%	32.467	(211)	(310)	0,65%	32.467	(211)	(310)
Médio	0,36%	37.631	(135)	(135)	0,36%	37.631	(135)	(135)
Baixo	0,06%	157.360	(88)	(134)	0,06%	157.360	(88)	(134)
Baixíssimo	0,07%	157.273	(115)	(95)	0,07%	157.273	(115)	(95)
Sem classificação	2,55%	627	(16)	(12)	2,55%	627	(16)	(12)
Clientes de serviços	14,67%	2.925	(429)	(569)	10,59%	10.107	(1.070)	(1.094)
Cartão de crédito (*)	0,00%	30.191	-	-	0,00%	30.191	-	-
<b>Total</b>		<b>444.687</b>	<b>(1.257)</b>	<b>(1.393)</b>		<b>451.869</b>	<b>(1.898)</b>	<b>(1.918)</b>

(\*) Referem-se a vendas por cartão de crédito e marketplace, cujo risco não é da Sociedade.

***Exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes para clientes individuais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por faixa de vencimento:***

	Controladora					
	2019			2018		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada
A vencer	0,09%	418.111	(363)	0,18%	388.198	(702)
Vencido até 30 dias	0,44%	20.937	(93)	0,42%	23.636	(100)
Vencido até 60 dias	13,32%	1.547	(206)	24,39%	1.472	(359)
Vencido até 90 dias	5,54%	993	(55)	7,84%	663	(52)
Vencido até 180 dias (*)	8,77%	2.805	(246)	11,66%	1.518	(177)
Vencido acima de 180 dias (*)	100,00%	294	(294)	1,13%	266	(3)
<b>Total</b>		<b>444.687</b>	<b>(1.257)</b>		<b>415.753</b>	<b>(1.393)</b>

	<b>Consolidado</b>					
	<b>2019</b>			<b>2018</b>		
	<b>Taxa média ponderada de perda estimada</b>	<b>Saldo contábil bruto</b>	<b>Provisão de perda estimada</b>	<b>Taxa média ponderada de perda estimada</b>	<b>Saldo contábil bruto</b>	<b>Provisão de perda estimada</b>
A vencer	0,24%	425.293	(1.004)	0,31%	394.054	(1.227)
Vencido até 30 dias	0,44%	20.937	(93)	0,43%	23.030	(100)
Vencido até 60 dias	13,32%	1.547	(206)	24,39%	1.472	(359)
Vencido até 90 dias	5,54%	993	(55)	7,84%	663	(52)
Vencido até 180 dias (*)	8,77%	2.805	(246)	11,66%	1.518	(177)
Vencido acima de 180 dias (*)	100,00%	294	(294)	1,13%	266	(3)
<b>Total</b>		<b><u>451.869</u></b>	<b><u>(1.898)</u></b>		<b><u>421.003</u></b>	<b><u>(1.918)</u></b>

- (\*) A Sociedade estima a provisão para perdas com base no saldo total da carteira (vencida e a vencer, independente do *aging*) por faixa ou *cluster* de risco dos clientes que geraram esta carteira. Para cada faixa de risco adota-se uma taxa de propensão a perda com base no modelo de crédito adotado pela Sociedade. O Contas a receber da Sociedade tem a característica de elevada diversificação de devedores, baixa concentração e prazo médio de recebimento em torno de 33 dias. Além disso, é considerada a taxa de recuperação de créditos vencidos para cada faixa de risco. A Sociedade interpreta que possui um índice de recuperabilidade significativo, mesmo para aqueles créditos vencidos acima de 180 dias, para os quais a Sociedade entende que não há um aumento significativo no risco de crédito.

Para mais informações sobre a política de risco de crédito veja nota explicativa nº 21.

## 7 Estoques

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
Mercadorias para revenda	679.906	661.770	680.359	668.053
Mercadorias em trânsito	5.750	5.642	5.750	5.642
Almoxarifado	511	469	677	713
Bonificação de fornecedores de mercadorias em estoque	(3.480)	(4.691)	(3.480)	(4.932)
Ajuste a valor de mercado e perdas na realização (*)	<u>(2.887)</u>	<u>(4.690)</u>	<u>(2.887)</u>	<u>(4.690)</u>
<b>Total</b>	<b><u>679.800</u></b>	<b><u>658.500</u></b>	<b><u>680.419</u></b>	<b><u>664.786</u></b>

- (\*) O valor dos ajustes refere-se a prováveis perdas com desvalorização dos estoques e giro lento:
- (a) **Giro dos estoques:** Para os itens sem giro acima de 90 dias, a Sociedade estima o valor da provisão para perdas nos estoques com base no custo médio de aquisição e considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas no curso de suas operações.
- (b) **Desvalorização dos estoques:** Mensurada pela Administração da Sociedade basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de obsolescência. A Sociedade estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados ao custo registrado.

A movimentação dessas perdas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Saldos no início do exercício	(4.690)	(1.586)	(4.690)	(1.586)
Adições	(3.054)	(4.398)	(3.054)	(4.398)
Baixas	4.857	1.294	4.857	1.294
Saldos no fim do exercício	(2.887)	(4.690)	(2.887)	(4.690)

## 8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
<b>Circulante:</b>				
ICMS (a)	28.524	42.339	28.589	42.348
ICMS-ST	1.144	4.582	1.144	4.582
PIS e COFINS a recuperar (c)	69.244	6.523	74.402	9.405
IRPJ e CSLL antecipados	3.550	2.306	4.503	2.778
IRPJ e CSLL anos anteriores	2.305	2.976	2.911	3.325
Outros	450	229	450	232
<b>Total</b>	105.217	58.955	111.999	62.670
<b>Não circulante:</b>				
ICMS (a)	84.850	70.852	84.850	71.095
PIS e COFINS a recuperar (c)	30.663	-	30.663	-
Provisão para perdas líquidas no valor recuperável em créditos de ICMS (b)	(8.787)	(11.513)	(8.787)	(11.756)
<b>Total</b>	106.726	59.339	106.726	59.339

(a) O crédito de ICMS a recuperar foi acumulado devido aos seguintes fatores:

### Filial Uberlândia - MG

Diferença de alíquota do ICMS na entrada e na saída de mercadorias nos estabelecimentos da Sociedade, uma vez que os créditos sobre compras e transferências de mercadorias são recuperados à alíquota média de 11%, porém a alíquota média de saída para as filiais localizadas nas regiões sudeste, sul, centro-oeste e norte é de 9%.

Em 14 de dezembro de 2016, a Sociedade foi comunicada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais que a alíquota de ICMS nas saídas com operações próprias dentro do Estado passaria de 12% para 15% a partir de janeiro de 2017.

Em abril de 2017, a Sociedade iniciou suas operações no novo Centro de Distribuição localizado na cidade de Hidrolândia no Estado de Goiás, para atender as regiões centro-oeste, norte e parte do sudeste. Com esta nova descentralização das operações, a Administração e seus consultores legais, esperava que o saldo credor de ICMS pudesse ser realizado, no entanto, em razão de políticas comerciais de alguns fornecedores, parte do abastecimento da Unidade de Hidrolândia continua sendo realizada por meio de transferência da Unidade de Uberlândia.

Com isso, o saldo credor de ICMS voltou a aumentar, a Administração da Sociedade, no dia 16 de novembro de 2018, protocolou um pedido de solicitação de alteração do Regime Especial de ICMS/ST no Estado de Minas Gerais, no qual a alíquota de ICMS nas saídas com operações próprias dentro do Estado passaria de 4% para 18% e 25% e de 15% para 18% e 25%.

Em março de 2019 a Superintendência de Tributação da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais deferiu o pedido de alteração do Regime Especial, com esta alteração houve um aumento no consumo de ICMS dentro do Estado, no entanto, não foi suficiente para realização do saldo credor do imposto, em razão da queda nas vendas e o aumento das operações para as regiões centro-oeste e norte.

A Administração da Sociedade retomou as negociações com fornecedores, com o objetivo de centralizar as compras para atender as regiões centro-oeste, norte e parte da região sudeste pelo Centro de Distribuição localizado na cidade de Hidrolândia no Estado de Goiás e reduziu as transferências da Unidade de Uberlândia. Outra medida que está sendo implementada pela Administração é a redução das transferências para filiais de faturamento, passando a faturar diretamente para os clientes, aumentando a base de cálculo do imposto. A Administração concluiu que com estas novas medidas, o saldo credor de ICMS das operações próprias será recuperado conforme demonstrado a seguir:

<b>Ano</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>
2020	19.379
2021	20.749
2022	22.216
2023	10.735
<b>Total</b>	<b>73.079</b>

#### **Filial João Pessoa - PB**

Na transferência de mercadorias da filial localizada no Estado da Paraíba para o Estado do Rio Grande do Norte é exigida a antecipação do imposto, gerando crédito de ICMS, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era na ordem de R\$3.004. Com a inclusão de telefonia e eletroeletrônico no portfólio da filial e aumento das vendas interestaduais o saldo credor foi totalmente realizado durante o exercício de 2019.

#### **Filial Brasília - DF**

No Distrito Federal, o ICMS era recolhido de acordo com as condições destacadas na nota explicativa 16, a partir de 1º de janeiro de 2014, com as alterações ocorridas na legislação a Sociedade foi obrigada a comprovar o recolhimento integral do imposto, para depois obter o financiamento. O recolhimento desta diferença foi registrada até o mês de novembro de 2014, como impostos a recuperar, no montante de R\$19.249. Este crédito será liquidado com o saldo de ICMS a pagar no montante de R\$14.007, por ocasião da liquidação do empréstimo com o Banco BRB na ordem de R\$5.939, para o qual existe um depósito em caução de R\$647. A administração da Sociedade aguarda o edital de publicação do leilão.

(b) **Provisão para perdas líquidas com créditos de ICMS**

Considerando que a Sociedade não tem expectativa de recebimento nem de compensação de parte dos créditos no curto e médio prazos de suas filiais localizadas no Nordeste e Distrito Federal, a Administração vem constituindo provisão para perda para fazer face à não realização desses créditos. O saldo dessa provisão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 8.787 (R\$ 11.513 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e de R\$ 8.787 (R\$ 11.756 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado, a qual, em 31 de dezembro de 2019, corresponde a 8% (10% em 31 de dezembro de 2018) na controladora e no consolidado do montante desses créditos.



Movimentação das perdas líquidas com crédito de ICMS:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldos no início do exercício	(11.513)	(13.782)	(11.756)	(14.025)
Perdas líquidas por não realização de créditos revertidas no exercício	<u>2.726</u>	<u>2.269</u>	<u>2.969</u>	<u>2.269</u>
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<u><u>(8.787)</u></u>	<u><u>(11.513)</u></u>	<u><u>(8.787)</u></u>	<u><u>(11.756)</u></u>

(c) PIS e COFINS a recuperar

Em maio de 2019 a Sociedade obteve decisão definitiva favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O Mandado de Segurança foi ajuizado no ano 2008, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional de julho de 2003 até o período de fevereiro de 2017, sendo que após esta data a Sociedade passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

O montante total em discussão para este processo é de R\$ 557.560, sendo R\$ 299.583 de principal e R\$ 257.911 de atualização de juros. No entanto, a Administração da Sociedade com base na opinião dos seus consultores jurídicos, após o trânsito julgado do Mandado de Segurança, ocorrido em maio de 2019, optou pela segregação do processo da seguinte forma:

- Foi solicitada a compensação administrativa do indébito fiscal, apenas dos efeitos do ICMS efetivamente pago e excluindo da base de cálculo das contribuições no montante de R\$ 101.386 na Controladora e R\$103.460 no Consolidado, (sendo R\$ 55.920 original e R\$ 45.465 atualização monetária na Controladora e R\$57.207 original e R\$46.253 atualização monetária no Consolidado) e foi habilitado pela Receita Federal do Brasil, conforme preceitua a Solução Interna de Consulta COSIT nº 13 de 2018; e
- Foi promovido um pedido separado de liquidação de sentença do direito creditório de R\$455.336 do crédito remanescente que considera, para fins de mensuração, a base no valor bruto, sem exclusão de ICMS incidente nas aquisições e que será julgado pela Fazenda Pública para fins de liquidação. A Sociedade, com auxílio de seus assessores jurídicos, classificou o risco de perda do processo como remoto.

A Sociedade adotou esta postura conservadora em virtude do atual cenário das discussões sobre o tema em outras instâncias, e aguarda o trânsito em julgado da liquidação do direito creditório.

A compensação dos créditos será objeto de homologação via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil.

## 9 Partes relacionadas

### a. Controladora e controladora final

A controladora da Sociedade é a Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), sendo a controladora final a Almar Participações S.A.

### b. Transações e saldos

As transações e os saldos realizados entre a Sociedade e suas partes relacionadas referem-se a empréstimos, operações mercantis, dividendos, serviços, arrendamentos e aplicações financeiras, e ocorrem conforme acordo entre as partes. Os principais valores em 31 de dezembro são resumidos a seguir:

	Controladora													Total
	31/12/19													
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Farma Service	MD Distribuição	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	CDM- PE	Rede Smart	Outros	
<b>Saldos:</b>														
Contas-correntes	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	
Aplicações financeiras	-	-	80.099	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.099	
Contas a receber	1	-	502	66	13	1	228	45	464	152	1	4	1.529	
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	-	2.680	-	-	-	-	-	-	-	2.680	
Arrendamento Mercantil	-	(77.031)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.031)	
Contas a pagar	-	-	-	-	-	(1.730)	(4.434)	(960)	(15)	(1.597)	(4)	-	(8.740)	
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	1.500	1.344	-	-	228	-	-	3.072	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(3.196)	(204)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.400)	
<b>Transações:</b>														
Venda de mercadorias	-	-	-	-	525	-	-	-	-	-	-	-	525	
Receitas financeiras	-	-	3.031	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.031	
Depreciação de direito de uso	-	(16.919)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.919)	
Juros arrendamento mercantil	-	(3.760)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.760)	
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	-	(22.673)	(62.856)	(35.103)	(305)	(32.621)	-	-	(153.558)	
Despesas com aluguel de imóveis	-	-	(31)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31)	
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>														
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(6.080)	(387)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.467)	
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.266)	(5.266)	
Dividendos recebidos(*)	-	-	-	-	-	8.528	-	-	-	-	-	-	8.528	

(\*) A Sociedade considera os dividendos como um retorno sobre os seus investimentos, e desta forma apresenta no Fluxo de Caixa como atividades de investimento

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2019*

Controladora													
31/12/18													
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Farma Service	MD Distribuição	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	CDM-PE	Outros	Total
<b>Saldos:</b>													
Contas-correntes	-	-	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77
Aplicações financeiras	-	-	46962	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.962
Contas a receber	1	1	518	9	80	6	130	238	54	66	1	66	1.170
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	25
Aluguéis a pagar	-	(1.531)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.531)
Contas a pagar	-	-	-	-	-	(1.290)	(1.134)	(1.226)	(78)	(923)	(3)	-	(4.654)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	1.000	-	-	-	-	-	-	1.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(6.080)	(387)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.467)
<b>Transações:</b>													
Venda de mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.508	-	11.508
Receitas financeiras	-	-	2.870	68	-	-	-	-	-	-	-	-	2.938
Receita de aluguel	-	-	-	-	409	-	-	-	-	-	-	-	409
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	-	(21.585)	(34.616)	(33.619)	(4.122)	(29.023)	-	-	(122.965)
Despesas com aluguel de imóveis	-	(16.368)	(40)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.408)
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>													
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(8.903)	(568)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.471)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.586)	(5.586)
Dividendos recebidos(*)	-	-	-	-	-	8.584	-	642	-	-	309	-	9.535

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2019*

<b>Consolidado</b>						
<b>31/12/19</b>						
	<b>Almart</b>	<b>Martins Participações</b>	<b>Tribanco</b>	<b>Farma Service</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos:</b>						
Contas-correntes	-	-	64	-	-	64
Aplicações financeiras	-	-	97.032	-	-	97.032
Contas a receber	1	-	502	223	52	778
Arrendamento Mercantil	-	(77.031)	-	-	-	(77.031)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(3.196)	(204)	-	-	(5.000)	(8.400)
<b>Transações:</b>						
Receitas financeiras	-	-	3.672	-	-	3.672
Depreciação de direito de uso	-	(16.919)	-	-	-	-
Juros arrendamento mercantil	-	(3.760)	-	-	-	-
Despesas com aluguel de imóveis	-	-	(31)	-	-	(31)
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.080)	(387)	-	-	(5.273)	(11.740)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	(5.266)	(5.266)
<b>Consolidado</b>						
<b>31/12/18</b>						
	<b>Almart</b>	<b>Martins Participações</b>	<b>Tribanco</b>	<b>Farma Service</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos:</b>						
Contas-correntes	-	-	192	-	-	192
Aplicações financeiras	-	-	59.658	-	-	59.658
Contas a receber	1	1	518	9	54	583
Aluguéis a pagar	-	(1.531)	-	-	-	(1.531)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(6.080)	(387)	-	-	(5.001)	(11.468)
<b>Transações:</b>						
Receitas financeiras	-	-	3.492	68	-	3.560
Despesas com aluguel de imóveis	-	(16.368)	(40)	-	-	(16.408)
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio:</b>						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(8.903)	(568)	-	-	(5.662)	(15.133)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	(5.586)	(5.586)

**c. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria**

A remuneração dos diretores e membros da Administração é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
Honorários do Conselho de Administração	3.820	3.944	3.820	3.944
Honorários da Diretoria	3.356	3.759	3.356	4.001
<b>Total</b>	<b>7.176</b>	<b>7.703</b>	<b>7.176</b>	<b>7.945</b>

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2019 não foi registrado nenhum benefício de longo prazo (benefício pós-emprego e rescisão de contrato de trabalho).

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Sociedade, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% dos lucros do exercício, condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas pela Administração da Sociedade.

## 10 Investimentos

### a. Informações e movimentação dos investimentos

	31/12/19										
Controladas	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	Redu Smar	Total
Participação total no capital social	99,95	99,99	99,95	99,99	99,99	99,99	99,99	94,23	99,99	99,99	-
Patrimônio líquido	10.602	16	1.224	17.080	11.691	554	7.977	114	429	(96)	-
Resultado do exercício	17.587	(25)	(264)	5.377	(3.982)	(847)	914	(5)	(3.375)	(793)	-
<b>Movimentação</b>											
Saldo inicial	7.312	10	1.487	13.046	15.669	934	7.291	113	3.804	-	49.666
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	697	697
Aporte de capital	-	10	-	-	-	467	-	-	-	-	477
Integralização de capital com AFAC	-	25	-	-	-	-	-	-	-	-	25
Resultado de equivalência patrimonial	17.579	(21)	(263)	5.376	(3.981)	(847)	914	(4)	(3.375)	(697)	14.681
Ganho(perda) na participação de investimento por alteração de participação societária	-	(9)	-	-	-	-	-	-	-	(96)	(105)
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(5.266)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.266)
Passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96	96
Distribuição de lucros	(9.028)	-	-	(1.344)	-	-	(228)	-	-	-	(10.600)
	<u>10.597</u>	<u>15</u>	<u>1.224</u>	<u>17.078</u>	<u>11.688</u>	<u>554</u>	<u>7.977</u>	<u>109</u>	<u>429</u>	<u>-</u>	<u>49.671</u>
<b>Outros</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54</u>
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.725</u>

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2019*

31/12/18

Controladas	Martins							Martins	MD	Total
	MIL	Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Caminhões	Distribuição	
Participação total no capital social	99,94%	61,84%	99,95%	99,99%	99,99%	99,96%	99,98%	94,23%	99,99%	-
Patrimônio líquido	7.316	16	1.488	13.047	15.672	935	7.292	119	3803	-
Resultado do exercício	16.343	(144)	(512)	(275)	259	(1.852)	1.358	(35)	(10.413)	-
<b>Movimentação</b>										
Saldo inicial	3.612	1.138	999	9.518	14.140	3.785	9.304	146	7.065	49.707
Aporte de capital	-	-	-	2.300	-	-	-	-	4.152	6.452
Integralização de capital com AFAC	-	-	1.000	-	-	-	-	-	3.000	4.000
Aumento de capital social com bens	159	-	-	1.503	1.270	-	629	-	-	3.561
Redução de capital	-	(1.039)	-	-	-	(1.000)	(3.500)	-	-	(5.539)
Resultado de equivalência patrimonial	16.334	(89)	(512)	(275)	259	(1.851)	1.358	(33)	(10.413)	4.778
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(5.586)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.586)
Distribuição de lucros	(7.207)	-	-	-	-	-	(500)	-	-	(7.707)
	<u>7.312</u>	<u>10</u>	<u>1.487</u>	<u>13.046</u>	<u>15.669</u>	<u>934</u>	<u>7.291</u>	<u>113</u>	<u>3.804</u>	<u>49.666</u>
<b>Outros</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.719</u>

**b. Outras informações relevantes sobre os investimentos**

***Martins Veículos***

A Martins Veículos Uberlândia Ltda. foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a compra, a venda e o aluguel de veículos e assemelhados, máquinas e equipamentos, novos e usados.

***MIL***

A Martins Integração Logística Ltda. foi constituída em 9 de fevereiro de 2007, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias, transporte rodoviário de cargas em geral, a armazenagem e a paletização de cargas.

***SLIM-MG***

A Martins URN - MG Distribuidora Ltda. foi constituída em 2 de janeiro de 1976, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

***SLIM - GO***

A Martins URN-GO Distribuição Ltda. foi constituída em 20 de dezembro de 2013, com sede em Aparecida de Goiânia - GO, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

***SLIM - SP***

A Martins SP Distribuição Ltda. foi constituída em 10 de fevereiro de 2014, com sede em Ribeirão Preto - SP, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

***SLIM - Nordeste***

A Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. foi constituída em 06 de março de 2014, com sede em Jaboatão dos Guararapes - PE, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

***MD Distribuição***

A MD Distribuição e Serviços Ltda. foi constituída em 19 de abril de 2016, com sede em Uberlândia-MG, tendo como objeto social a comercialização e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis.

***CMD-PE***

A CDM PE Comércio e Serviços de Distribuição Ltda. foi constituída em 03 de janeiro de 2017, com sede em Jaboatão dos Guararapes-PE, tendo como objeto social a comercialização e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis.

***Rede Smart Nacional***

A Rede Smart Nacional Serviços de Varejo Ltda. foi constituída em 11 de janeiro de 2017, com sede em Uberlândia-MG, tendo como objeto social a atividade de consultoria em gestão empresarial as redes de supermercado da rede Smart.

### c. Principais informações das controladas

	31/12/19									
	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	Rede Smart
Ativo total	29.497	16	1.251	48.006	24.258	1.437	19.429	114	4.951	266
Passivos total	18.895	-	27	30.926	12.567	883	11.452	-	4.522	362
Patrimônio líquido	10.602	16	1.224	17.080	11.691	554	7.977	114	429	(96)
Receita líquida	38.464	-	-	55.662	32.521	244	26.880	-	18.781	476
Lucro (prejuízo) do exercício	17.587	(25)	(264)	5.377	(3.982)	(847)	914	(5)	(3.375)	(793)

	31/12/18									
	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	
Ativo total	18.087	53	1.514	20.642	19.554	1.745	12.445	119	10.035	
Passivos total	10.771	37	26	7.595	3.882	810	5.153	-	6.232	
Patrimônio líquido	7.316	16	1.488	13.047	15.672	935	7.292	119	3.803	
Receita líquida	34.766	43	11.268	30.913	29.540	3.295	23.444	-	32.942	
Lucro (prejuízo) do exercício	16.343	(144)	(512)	(275)	259	(1.852)	1.358	(35)	(10.413)	

## 11 Direito de uso e arrendamento mercantil

O efeito da adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 sobre as operações de arrendamento mercantil está descrito na nota explicativa 3. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 06, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

### a. Ativo de direito de uso

Os saldos dos ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados a seguir:

	Prazo	Controladora			Consolidado		
		Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	
			acumulada	Líquido		acumulada	Líquido
Edificações	1 a 8 anos	17.399	(6.397)	11.002	26.194	(10.038)	16.156
Edificações – Parte relacionada	5 anos	90.511	(16.919)	73.592	90.511	(16.919)	73.592
Veículos	3 a 5 anos	16.167	(4.398)	11.769	16.167	(4.398)	11.769
<b>Total</b>		<b>124.077</b>	<b>(27.714)</b>	<b>96.363</b>	<b>132.872</b>	<b>(31.355)</b>	<b>101.517</b>

A movimentação do direito de uso durante o ano de 2019 foi a seguinte:

	Controladora				
	Adoção inicial	Remensuração	Adição de novos contratos	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/19
Edificações	13.298	3.599	502	(6.397)	11.002
Edificações – Parte relacionada	64.383	26.128	-	(16.919)	73.592
Veículos	2.615	13.552	-	(4.398)	11.769
<b>Total</b>	<b>80.296</b>	<b>43.279</b>	<b>502</b>	<b>(27.714)</b>	<b>96.363</b>



	<b>Consolidado</b>				<b>Saldo líquido em 31/12/19</b>
	<b>Adoção inicial</b>	<b>Remensuração</b>	<b>Adição de novos contratos</b>	<b>Depreciação</b>	
Edificações	19.667	5.897	630	(10.038)	16.156
Edificações – Parte relacionada	64.383	26.128	-	(16.919)	73.592
Veículos	2.615	13.552	-	(4.398)	11.769
<b>Total</b>	<b>86.665</b>	<b>45.577</b>	<b>630</b>	<b>(31.355)</b>	<b>101.517</b>

**b. Passivo de arrendamento mercantil**

Saldos de passivos de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Arrendamentos a pagar	23.055	28.439
Arrendamentos a pagar partes relacionadas	77.031	77.031
Saldo final	100.086	105.470
Circulante	29.089	32.181
Não circulante	70.997	73.289
Saldo final	100.086	105.470

A movimentação do passivo de arrendamento durante o ano de 2019 foi a seguinte:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Adoção inicial	80.296	86.665
Remensuração de contratos	43.279	45.577
Adição de novos contratos	502	630
Pagamento de principal	(24.326)	(27.738)
Pagamento de juros	(4.351)	(4.673)
Juros provisionados	4.686	5.009
Saldo final	100.086	105.470

Cronograma de liquidação da obrigação para o passivo de arrendamento:

<b>Ano</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2020	29.089	32.181
2021	23.741	25.776
2022	24.618	24.836
2023	22.353	22.390
Acima de 2024	285	287
Total	100.086	105.470

## 12 Imobilizado

Controladora							
31/12/19				31/12/18			
Taxa (i) - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos	-	128	-	128	128	-	128
Edificações	4,00	9.588	(7.038)	2.550	9.575	(6.731)	2.844
Benfeitorias em propriedade de terceiros	21,41	7.695	(5.680)	2.015	7.202	(5.152)	2.050
Máquinas e equipamentos	11,35	68.931	(47.583)	21.348	61.435	(43.607)	17.828
Equipamentos de informática	20,34	38.774	(32.665)	6.109	37.201	(32.904)	4.297
Veículos de transporte e apoio	8,97	29.117	(28.054)	1.063	29.769	(28.245)	1.524
Móveis e utensílios	13,88	5.524	(4.650)	874	5.416	(4.399)	1.017
Outros	15,80	23.473	(18.904)	4.569	20.739	(17.732)	3.007
Imobilizado em andamento (ii)		73	-	73	183	-	183
<b>Total</b>		<b>183.303</b>	<b>(144.574)</b>	<b>38.729</b>	<b>171.648</b>	<b>(138.770)</b>	<b>32.878</b>

Consolidado							
31/12/19				31/12/18			
Taxa (i) - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos	-	128	-	128	128	-	128
Edificações	4,00	9.588	(7.038)	2.550	9.575	(6.731)	2.844
Benfeitorias em propriedade de terceiros	21,41	8.140	(5.796)	2.344	7.997	(5.256)	2.741
Máquinas e equipamentos	11,35	69.576	(48.049)	21.527	67.158	(44.751)	22.407
Equipamentos de informática	20,34	38.826	(32.709)	6.117	37.728	(33.069)	4.659
Veículos de transporte e apoio	8,97	133.038	(56.628)	76.410	91.443	(51.036)	40.407
Móveis e utensílios	13,88	5.592	(4.699)	893	5.516	(4.449)	1.067
Outros	15,80	23.571	(18.911)	4.660	20.743	(17.733)	3.010
Imobilizado em andamento (ii)		128	-	128	183	-	183
<b>Total</b>		<b>288.587</b>	<b>(173.830)</b>	<b>114.757</b>	<b>240.471</b>	<b>(163.025)</b>	<b>77.446</b>

(i) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(ii) Referem-se a gastos com construção de edificações, benfeitorias em propriedade de terceiros e contrato de arrendamento mercantil ainda não finalizados.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/18	(Impairment) reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/19
Terrenos	128	-	-	-	-	-	128
Edificações	2.844	-	13	-	(307)	-	2.550
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.050	-	604	-	(639)	-	2.015
Máquinas e equipamentos	17.828	-	8.236	(219)	(4.688)	191	21.348
Equipamentos de informática	4.297	-	6.095	(24)	(4.259)	-	6.109
Veículos de transporte e apoio(i)	1.524	-	167	(167)	(461)	-	1.063
Móveis e utensílios	1.017	-	145	(3)	(299)	14	874
Outros	3.007	-	2.459	-	(897)	-	4.569
Imobilizado em andamento	183	-	95	-	-	(205)	73
<b>Total</b>	<b>32.878</b>	<b>-</b>	<b>17.814</b>	<b>(413)</b>	<b>(11.550)</b>	<b>-</b>	<b>38.729</b>

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2019*

**Controladora**

	Saldo líquido em 31/12/17	(Impairment) reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/18
Terrenos	128	-	-	-	-	-	128
Edificações	3.197	-	-	-	(353)	-	2.844
Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.982	10	760	(72)	(630)	-	2.050
Máquinas e equipamentos	20.231	8	3.069	(1.055)	(4.692)	267	17.828
Equipamentos de informática	5.045	11	3.244	(36)	(3.967)	-	4.297
Veículos de transporte e apoio(i)	6.544	-	288	(3.535)	(1.773)	-	1.524
Móveis e utensílios	871	-	344	(16)	(287)	105	1.017
Outros	722	-	1.450	-	(729)	1.564	3.007
Imobilizado em andamento	949	-	1.170	-	-	(1.936)	183
<b>Total</b>	<b>39.669</b>	<b>29</b>	<b>10.325</b>	<b>(4.714)</b>	<b>(12.431)</b>	<b>-</b>	<b>32.878</b>

(i) As baixas referem-se ao custo de alienação de parte da frota de veículos de distribuição, a qual é renovada em média a cada 3 anos.

**Consolidado**

	Saldo líquido em 31/12/18	(Impairment) reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/19
Terrenos	128	-	-	-	-	-	128
Edificações	2.844	-	24	(11)	(307)	-	2.550
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.741	-	995	(594)	(798)	-	2.344
Máquinas e equipamentos	22.407	-	8.290	(4.150)	(5.211)	191	21.527
Equipamentos de informática	4.659	-	6.133	(313)	(4.362)	-	6.117
Veículos de transporte e apoio	40.407	-	45.008	(433)	(8.658)	86	76.410
Móveis e utensílios	1.067	-	150	(27)	(311)	14	893
Outros	3.010	-	2.552	-	(902)	-	4.660
Imobilizado em andamento	183	-	236	-	-	(291)	128
<b>Total</b>	<b>77.446</b>	<b>-</b>	<b>63.388</b>	<b>(5.528)</b>	<b>(20.549)</b>	<b>-</b>	<b>114.757</b>

**Consolidado**

	Saldo líquido em 31/12/17	(Impairment) reversão	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/18
Terrenos	128	-	-	-	-	-	128
Edificações	3.197	-	-	-	(353)	-	2.844
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.407	10	1.116	(84)	(708)	-	2.741
Máquinas e equipamentos	23.107	8	3.391	(1.604)	(5.321)	2.826	22.407
Equipamentos de informática	5.376	11	3.403	(56)	(4.075)	-	4.659
Veículos de transporte e apoio	36.840	-	11.923	(869)	(7.521)	34	40.407
Móveis e utensílios	933	-	356	(22)	(305)	105	1.067
Outros	726	-	1.451	-	(731)	1.564	3.010
Imobilizado em andamento	3.471	-	1.241	-	-	(4.529)	183
<b>Total</b>	<b>76.185</b>	<b>29</b>	<b>22.881</b>	<b>(2.635)</b>	<b>(19.014)</b>	<b>-</b>	<b>77.446</b>

**a. Revisão e ajuste da vida útil estimada**

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

**b. Provisão para redução ao valor recuperável**

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 para os testes de redução ao valor recuperável dos ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível apresentaram os seguintes resultados demonstrado a seguir:

	<b>Controladora e Consolidado</b>				
	<b>31/12/17</b>	<b>(Reversão)</b>	<b>31/12/18</b>	<b>(Reversão)</b>	<b>31/12/19</b>
<b>Filial:</b>					
e-Fácil - MG (i)	3.608	-	3.608	(3.608)	-
Guarulhos - SP	12	(12)	-	-	-
Itatiaia - RJ	17	(17)	-	-	-
<b>Total</b>	<u>3.637</u>	<u>(29)</u>	<u>3.608</u>	<u>(3.608)</u>	<u>-</u>

(i) Refere-se a sistemas aplicativos do e-Fácil.

**c. Bens dados em garantia e penhora**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes líquidos de depreciação, demonstrados a seguir:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Imóveis	1	1
Veículos	34	57
<b>Total</b>	<u>35</u>	<u>58</u>

## 13 Intangível

	<b>Controladora</b>						
	<b>31/12/2019</b>				<b>31/12/2018</b>		
	<b>Taxa (i) - %</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Sistema de processamento de dados	28,55	66.606	(54.615)	11.991	76.781	(61.371)	15.410
Marcas e patentes	9,79	938	(536)	402	960	(553)	407
Intangível em andamento (ii)	-	1.725	-	1.725	1.386	-	1.386
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<u>69.269</u>	<u>(55.151)</u>	<u>14.118</u>	<u>79.127</u>	<u>(61.924)</u>	<u>17.203</u>

**Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2019*

	<b>Consolidado</b>						
	<b>31/12/2019</b>				<b>31/12/2018</b>		
	<b>Taxa (i) - %</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Sistema de processamento de dados	28,55	66.618	(54.627)	11.991	77.488	(61.616)	15.872
Marcas e patentes	9,79	938	(536)	402	960	(553)	407
Intangível em andamento (ii)	-	1.725	-	1.725	1.389	-	1.389
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>69.281</b>	<b>(55.163)</b>	<b>14.118</b>	<b>79.837</b>	<b>(62.169)</b>	<b>17.668</b>

- (i) Taxa média ponderada anual de amortização.  
(ii) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos aplicativos.

A movimentação dos saldos de ativos intangíveis é como segue:

	<b>Controladora</b>						<b>Saldo líquido em 31/12/19</b>
	<b>Saldo líquido em 31/12/18</b>	<b>(Impairment) reversão</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	
Sistema de processamento de dados	15.410	1.338	4.241	(4.634)	(6.407)	2.043	11.991
Marcas e patentes	407	-	49	(9)	(62)	17	402
Intangível em andamento	1.386	2.270	2.407	(2.278)	-	(2.060)	1.725
<b>Total</b>	<b>17.203</b>	<b>3.608</b>	<b>6.697</b>	<b>(6.921)</b>	<b>(6.469)</b>	<b>-</b>	<b>14.118</b>

	<b>Controladora</b>						<b>Saldo líquido em 31/12/18</b>
	<b>Saldo líquido em 31/12/17</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>		
Sistema de processamento de dados	15.224	2.590	-	(6.211)	3.807		15.410
Marcas e patentes	292	69	-	(53)	99		407
Intangível em andamento	1.979	3.315	(2)	-	(3.906)		1.386
Outros	10	-	(10)	-	-		-
<b>Total</b>	<b>17.505</b>	<b>5.974</b>	<b>(12)</b>	<b>(6.264)</b>	<b>-</b>		<b>17.203</b>

**Consolidado**

	<b>Saldo líquido em 31/12/18</b>	<i>(Impairment) reversão</i>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/19</b>
Sistema de processamento de dados	15.872	1.338	4.241	(4.975)	(6.528)	2.043	11.991
Marcas e patentes Intangível em andamento	407	-	49	(9)	(62)	17	402
	<u>1.389</u>	<u>2.270</u>	<u>2.407</u>	<u>(2.281)</u>	<u>-</u>	<u>(2.060)</u>	<u>1.725</u>
<b>Total</b>	<u>17.668</u>	<u>3.608</u>	<u>6.697</u>	<u>(7.265)</u>	<u>(6.590)</u>	<u>-</u>	<u>14.118</u>

**Consolidado**

	<b>Saldo líquido em 31/12/17</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo líquido em 31/12/18</b>
Sistema de processamento de dados	15.729	2.691	(2)	(6.353)	3.807	15.872
Marcas e patentes Intangível em andamento	292	68	-	(52)	99	407
Outros	1.980	3.317	(2)	-	(3.906)	1.389
	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>(10)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u>18.011</u>	<u>6.076</u>	<u>(14)</u>	<u>(6.405)</u>	<u>-</u>	<u>17.668</u>

A Sociedade esclarece que todos os seus ativos intangíveis são adquiridos de terceiros e que não possui nenhum ativo intangível gerado internamente.

Com relação ao teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment test", ver nota explicativa nº 4.i.

## 14 Fornecedores

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Fornecedores de mercadorias	787.951	768.129	787.954	771.093
Fornecedores de serviços e consumo	8.143	13.064	9.129	20.742
Fornecedores de serviços partes relacionadas (nota explicativa 9.b)	<u>8.740</u>	<u>6.185</u>	<u>-</u>	<u>1.531</u>
<b>Total</b>	<u>804.834</u>	<u>787.378</u>	<u>797.083</u>	<u>793.366</u>

## 15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo de amortização, e de debêntures não conversíveis em ações. Para mais informações sobre a exposição da Sociedade a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez desses empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa 21.

	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Arrendamento mercantil (a):						
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	18/11/19	-	-	-	2.497
Banco J. Safra S.A	6 a.a.	16/12/19	-	-	-	49
Banco Santander S.A	100% do CDI + 1% a.a.	30/09/24	1.559	-	20.085	-
Linhas de crédito (b)						
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,19% a.a.	15/12/26	-	-	2.263	-
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,42% a.a.	17/11/25	-	-	6.270	-
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,39% a.a.	16/06/25	-	-	8.529	-
FCO Banco do Brasil S.A	IPCA + 1,57% a.a.	01/12/25	-	-	1.789	-
	100% do CDI + 2,43 a.a.					
Banco Santander S/A - conta garantida	a.a.	27/02/19	-	-	1.345	2.013
Banco Regional de Brasília (c)	1,21% a.a.	10/03/68	5.939	5.857	5.939	5.857
Debêntures (d)	109,32% do CDI	04/10/23	201.553	201.848	201.553	201.848
<b>Total</b>			<u>209.051</u>	<u>207.705</u>	<u>247.773</u>	<u>212.264</u>
Passivo circulante			2.581	2.830	10.515	7.389
Passivo não circulante			206.470	204.875	237.258	204.875
<b>Total</b>			<u>209.051</u>	<u>207.705</u>	<u>247.773</u>	<u>212.264</u>

- (a) Contratos de arrendamento mercantil, com prazos de pagamento entre 36 e 60 meses, firmados para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros ativos imobilizados, devendo os bens ser adquiridos ao final dos contratos pelos seus valores residuais. Esses contratos têm como garantia a alienação fiduciária dos respectivos bens a que estão atrelados.
- (b) Contratos de financiamentos firmados para aquisição de veículos, com prazos entre 5 e 6 anos, através do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, junto ao Banco do Nordeste, tendo como garantia fianças bancárias nos valores dos contratos, e FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste, junto ao Banco do Brasil, tendo como garantia os respectivos bens objeto do contrato.
- (c) Banco Regional de Brasília - contrato firmado conforme as disposições do capítulo III da Lei nº 3.196, de 20 de setembro de 2003, que institui e regula o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - Pró-DF II, alterada pelas Leis nº 3.273, de 31 de dezembro de 2003, e nº 3.587, de 12 de abril de 2005, complementada pela Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, e em conformidade também com as disposições dos Decretos nº 24.430, de 2 de março de 2004, e nº 28.852, de 12 de março de 2008. Foi efetuada aplicação financeira no Banco de Brasília no montante de R\$ 647 (R\$ 615 em 31 de dezembro de 2018), que é objeto de garantia do financiamento do FUNDEF, a qual será resgatada na quitação do mesmo. As características do benefício e as condições de utilização estão destacadas na nota explicativa nº 16.a).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros em suas demonstrações financeiras. As demais cláusulas restritivas não financeiras estão sendo cumpridas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

- (d) Debêntures  
 Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 19 de setembro de 2018, os acionistas da Sociedade autorizaram a Administração a promover a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Sociedade. A garantia real foi devidamente constituída, mediante o registro do contrato de cessão fiduciária dos recebíveis da Sociedade até o limite do saldo devedor das debêntures.

No dia 04 de outubro de 2018, foram emitidas o total de 20.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 10.000, com subscrição integral no valor total de R\$ 200.000, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contados da data de emissão, vencimento em 04 de outubro de 2023.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão e serão devidas sempre no dia 04 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo que os primeiros pagamentos foram realizados em abril e outubro de 2019.

A amortização do principal, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado ou resgate antecipado facultativo, nos termos previsto na escritura, são apresentados a seguir:

<b>Parcelas</b>	<b>Data amortização das debêntures</b>	<b>Percentual amortizado do valor nominal unitário</b>	<b>Valor das parcelas</b>
1 <sup>a</sup>	04/10/2021	33,33%	66.667
2 <sup>a</sup>	04/10/2022	33,33%	66.666
3 <sup>a</sup>	04/10/2023	33,34%	66.667
			200.000

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor unitário das debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 109,32% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos.

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas (“covenants”), contemplando cláusulas financeiras e não financeiras.

As cláusulas financeiras requerem da Sociedade a manutenção determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, sendo “Índices Financeiros” entendidos como Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5.

A definição de “Dívida Líquida” e “EBITDA, são as seguintes:

- **Dívida líquida** - soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias, títulos emitidos no mercado internacional, registrados no passivo circulante e não circulante, diminuído pelo caixa e equivalentes de caixa, e
- **EBITDA** - lucro ou prejuízo líquido para um determinado período, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, acrescido de despesas de depreciação e amortização, e o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade cumpriu com todas as cláusulas de covenants financeiros e não financeiros.

Os recursos obtidos por meio desta Emissão, serão destinados a gestão ordinária dos negócios, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, alongamento e substituição de dívidas com tal finalidade e realização de investimentos em geral, sempre dentro do objeto social.



A mutação das debêntures no período é a seguinte:

	31/12/19	31/12/18
<b>Saldo inicial</b>	201.848	-
Recursos captados	-	200.000
Encargos financeiros	12.943	3.091
Pagamento de juros	(13.499)	-
Custos de emissão	-	(1.307)
Amortização de custo	261	64
<b>Total</b>	<u>201.553</u>	<u>201.848</u>
Circulante	2.274	2.830
Não circulante	199.279	199.018
<b>Total</b>	<u>201.553</u>	<u>201.848</u>

(\*) Os custos de emissão das debêntures estão sendo amortizados no mesmo prazo de vencimento das debêntures.

A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

### Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
<b>Saldo inicial</b>	<b>207.705</b>	<b>173.971</b>	<b>212.264</b>	<b>159.320</b>
Captação de debêntures	-	200.000	-	200.000
Captação de empréstimos	1.519	879	42.821	4.304
Pagamento de principal	-	-	(7.139)	(3.947)
Pagamento de juros	(13.565)	-	(14.326)	(497)
Juros provisionados (i)	188	130	949	386
Encargos financeiros debêntures	13.204	3.155	13.204	3.155
Custos de emissão debêntures	-	(1.307)	-	(1.307)
Saldo remanescente FIDC não utilizado (ii)	-	-	-	19.973
Rentabilidade líquida do FIDC	-	10.181	-	10.181
Amortização de cotas subordinadas FIDC	-	(21.719)	-	(21.719)
Amortização de cotas seniores FIDC	-	(157.585)	-	(157.585)
<b>Saldo Final</b>	<b><u>209.051</u></b>	<b><u>207.705</u></b>	<b><u>247.773</u></b>	<b><u>212.264</u></b>

(i) Os juros provisionados foram apresentados no fluxo de caixa como “Juros e variações monetárias líquidos” em que foram somados às variações monetárias e juros de transações não relacionadas à empréstimos.

(ii) A movimentação do saldo remanescente do FIDC não afeta fluxo de caixa.

## 16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ICMS (a)	33.472	31.549	34.171	32.467
ICMS parcelado (b)	1.858	2.171	1.858	2.171
IRRF	2.163	2.920	2.252	3.021
COFINS (c)	-	120	409	907
PIS (c)	-	26	87	197
Imposto Sobre Serviços - ISS	151	154	258	308
Outros impostos, taxas e contribuições	957	679	1.310	1.018
<b>Total</b>	38.601	37.619	40.345	40.089
Circulante	23.567	22.027	25.312	24.497
Não circulante	15.034	15.592	15.033	15.592
<b>Total</b>	38.601	37.619	40.345	40.089

(a) **ICMS a pagar**

A Sociedade gozava de incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal, os quais foram concedidos pela Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal e consistiam na redução de 70% do referido imposto, não podendo ultrapassar 25% do faturamento mensal da Sociedade.

Estes incentivos fiscais de ICMS foram revogados pelo Distrito Federal e vigoraram até dezembro de 2013. Existe um saldo de ICMS a financiar registrado nas Demonstrações Financeiras de 2019 no montante de R\$ 14.007 relativo ao ano de 2013 e 2014, que ainda goza do direito dos incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal. Em 30 de junho de 2018, a Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal autorizou o Banco de Brasília -BRB a financiar o saldo de ICMS relativos aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2013, no montante de R\$ 881, cumprindo assim os termos do Regime Especial.

(b) **ICMS parcelado**

Em 05 de dezembro de 2017, a Administração da Sociedade obteve junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, Termo de Acordo de Parcelamento de ICMS, objeto de autuação anteriormente lavrado, relativo a diferenças de base de cálculo entre o preço de transferência e o preço praticado internamente. O parcelamento foi concedido em sessenta parcelas, as quais estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia - Selic.

(c) **PIS e COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos**

Em 2008 a Sociedade entrou com mandado de segurança para exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS e a restituição do indébito. Após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral, o desembargador presidente do TRF-1ª Região negou seguimento aos recursos especial e extraordinário interposto pela União Federal, não obstante, o julgamento individual do processo foi favorável a Sociedade perante o TRF-1ª Região. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda remota para essa demanda, e a partir de março de 2017, passou a excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições. Em face da decisão que negou seguimento ao seu Recurso Extraordinário, a União Federal interpôs Agravo Interno, o qual teve provimento negado pela Corte Especial do e. TRF-1ª Região. Inconformada, a União Federal opôs Embargos Declaratórios em face do decisum, o processo transitou em julgado com decisão definitiva favorável à Sociedade neste período, como demonstrado na nota explicativa 8.

## 17 Salários, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Férias	19.333	20.095	22.823	23.927
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	1.286	1.346	1.566	1.626
Contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	6.396	6.548	6.842	7.027
Outros	-	-	60	46
<b>Total</b>	27.015	27.989	31.291	32.626

## 18 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo não circulante:</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (i)	17.702	6.891	17.702	6.891
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.375	14.454	12.375	14.454
Perdas com créditos de ICMS	2.988	3.914	2.988	3.914
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	427	473	427	473
Provisão para perdas com créditos diversos	1.086	213	1.086	213
Perdas e desvalorização dos estoques	982	1.595	982	1.595
Provisão para despesas operacionais diversas	5.791	6.178	5.791	6.178
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14 (ii)	2.197	2.121	2.197	2.121
Efeito venda CIF não performada	2.490	2.565	2.490	2.565
Efeito devoluções estimada sobre vendas	366	362	366	362
Efeito Ajustes AVP Contas a Pagar e Receber	53	-	53	-
<b>Total</b>	46.457	38.766	46.457	38.766

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social era no montante de R\$ 52.915 e R\$ 49.716 (R\$ 59.456 e R\$ 56.257 em 2018), respectivamente, na Sociedade, e de R\$ 72.641 e R\$ 69.442 (R\$ 76.284 e R\$ 73.085 em 2018), respectivamente, no Consolidado.
- (ii) Os valores apresentados referem-se às diferenças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e alterações introduzidas pela Lei 12.973/14 apuradas pelas estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível.

A movimentação do IRPJ e da CSLL diferidos ativos e passivos é como segue:

	31/12/17	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL utilizados para quitação parcelamento	31/12/18	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	31/12/19
<b>Diferenças temporárias:</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	10.385	(3.394)	(100)	6.891	10.811	17.702
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.662	(1.208)	-	14.454	(2.079)	12.375
Perdas com créditos de ICMS	4.685	(771)	-	3.914	(926)	2.988
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	722	(249)	-	473	(46)	427
Provisão para perdas com créditos diversos	514	(301)	-	213	873	1.086
Perdas e desvalorização dos estoques	539	1.056	-	1.595	(613)	982
Provisão para despesas operacionais diversas	9.286	(3.108)	-	6.178	(387)	5.791
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14	2.015	106	-	2.121	76	2.197
Efeito venda CIF não performada	-	2.565	-	2.565	(75)	2.490
Efeito devoluções estimada sobre vendas	-	362	-	362	4	366
Efeito Ajustes AVP Contas a Pagar e Receber	-	-	-	-	53	53
<b>Total</b>	<b>43.808</b>	<b>(4.942)</b>	<b>(100)</b>	<b>38.766</b>	<b>7.691</b>	<b>46.457</b>

Em conformidade com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos, provenientes basicamente de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. Os débitos e créditos tributários foram constituídos tendo em vista que a Sociedade apresentou resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora e Consolidado
2020	4.167
2021	4.689
2022	5.785
2023	23.937
2024	7.879
<b>Total</b>	<b>46.457</b>

Como a base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Sociedade e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Sociedade.

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções para os próximos dez anos de lucros tributáveis. Considera-se também que a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL é limitada a 30% do lucro anual antes do IRPJ, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira. A Administração da Sociedade não constituiu IRPJ diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSLL gerados por suas controladas, no montante de R\$ 4.932 e R\$ 1.775 em 2019 (R\$4.207 e R\$1.515 em 2018) em razão da não expectativa de lucros tributáveis no montante suficiente para compensação dos prejuízos fiscais.

**b. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	109.607	40.373	115.393	48.331
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(37.266)	(13.727)	(39.234)	(16.432)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Efeitos dos lucros das empresas com base no lucro presumido (*)	-	-	7.119	6.467
Imposto de renda pago com base nas empresas de lucro presumido	-	-	(3.328)	(2.821)
Equivalência patrimonial	4.991	1.624	-	-
Efeito da dedução dos juros sobre o capital próprio	1.360	1.190	1.360	1.190
Despesas indedutíveis	(1.677)	(372)	(4.273)	(823)
Depreciação, juros e pagamentos arrendamento mercantil	(1.360)	(799)	(530)	(26)
Subvenções para Investimento	32.439	-	32.439	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	13.036	337	12.052	(4.195)
Outros	(487)	(659)	(348)	1.005
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	11.036	(12.406)	5.257	(15.635)
Correntes	3.345	(7.464)	(2.434)	(10.693)
Diferidos	7.691	(4.942)	7.691	(4.942)
<b>Total</b>	<b>11.036</b>	<b>(12.406)</b>	<b>5.257</b>	<b>(15.635)</b>
Taxa efetiva	10,1%	(30,7%)	4,56%	(32,35)

(\*) A controlada MIL apurou o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro presumido em 2019, aplicando sobre o seu faturamento a taxa efetiva de 8% .

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

**19 Provisões para contingências**

A Sociedade e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações trabalhistas e processos cíveis. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus consultores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. As provisões constituídas para os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

**a. Provisões para perdas prováveis por tipo de risco**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributários	4.645	7.486	5.139	7.652
Cíveis	15.152	13.279	15.152	13.366
Trabalhistas	16.599	21.746	19.293	22.957
<b>Total</b>	<b>36.396</b>	<b>42.511</b>	<b>39.584</b>	<b>43.975</b>

**b. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Controladora						
	31/12/18	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/19
Tributários	7.486	225	(3.186)	(137)	257	4.645
Cíveis	13.279	1.633	-	(1.472)	1.712	15.152
Trabalhistas	21.746	2.110	(1.158)	(7.924)	1.825	16.599
<b>Total não circulante</b>	<b>42.511</b>	<b>3.968</b>	<b>(4.344)</b>	<b>(9.533)</b>	<b>3.794</b>	<b>36.396</b>
Controladora						
	31/12/17	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/18
Tributários	11.841	-	(4.683)	(135)	463	7.486
Cíveis	11.861	2.297	-	(2.696)	1.817	13.279
Trabalhistas	22.362	4.363	(1.820)	(5.408)	2.249	21.746
<b>Total não circulante</b>	<b>46.064</b>	<b>6.660</b>	<b>(6.503)</b>	<b>(8.239)</b>	<b>4.529</b>	<b>42.511</b>
Consolidado						
	31/12/18	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/19
Tributários	7.652	577	(3.218)	(136)	264	5.139
Cíveis	13.366	1.633	(3)	(1.567)	1.723	15.152
Trabalhistas	22.957	4.030	(1.266)	(8.455)	2.027	19.293
<b>Total não circulante</b>	<b>43.975</b>	<b>6.240</b>	<b>(4.487)</b>	<b>(10.158)</b>	<b>4.014</b>	<b>39.584</b>
Consolidado						
	31/12/17	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	31/12/18
Tributários	12.007	-	(4.683)	(135)	463	7.652
Cíveis	11.891	2.384	(28)	(2.701)	1.820	13.366
Trabalhistas	22.984	5.150	(1.704)	(5.803)	2.330	22.957
<b>Total não circulante</b>	<b>46.882</b>	<b>7.534</b>	<b>(6.415)</b>	<b>(8.639)</b>	<b>4.613</b>	<b>43.975</b>

**c. Natureza dos riscos**

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Riscos tributários** - referem-se, basicamente, a ICMS, ICMS-ST, INSS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, principalmente relativos a exercícios anteriores.
- **Riscos trabalhistas** - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- **Reclamações cíveis** - as principais ações estão relacionadas a indenizações sobre acidentes de trânsito, reclamações de clientes e ações indenizatórias de representantes comerciais.

**d. Ativos da Sociedade e de suas controladas relacionados aos depósitos judiciais**

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Processos cíveis	278	841	278	907
Processos trabalhistas	6.555	8.077	7.354	8.398
Processos tributários	1.468	1.363	1.468	1.368
<b>Total</b>	8.301	10.281	9.100	10.673

**e. Perdas possíveis**

A Sociedade tem ações de natureza tributária, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 276.912 (R\$ 240.584 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$267.417 de natureza tributária, R\$4.887 de natureza cível e R\$4.607 de natureza trabalhista.

***Processo ICMS - DF***

Em 25 de fevereiro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, no montante original de R\$ 174.147, alegando que todas as operações da Sociedade no período de julho de 1998 a junho de 1999 não estavam sob o abrigo do Termo de Acordo de Regime Especial - TARE e sim sujeitas ao regime normal de apuração do ICMS.

Em 02 de outubro de 2015, a quase totalidade do crédito tributário foi julgado pelo Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal - TARF/DF, como extinta pela decadência. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entendia haver em 2017 uma expectativa de perda possível para o saldo remanescente no montante de R\$ 31.828.

Em 02 de agosto de 2018 o recurso extraordinário foi julgado, com êxito integral, por maioria, provido e a remessa necessária foi, por unanimidade, desprovida. No dia 28 de agosto de 2018 o acórdão foi aprovado pelo Plenário do TARF/DF, e publicado em 19 de setembro de 2018. No dia 02 de outubro de 2018 a Sociedade recebeu intimação da decisão e, no dia 24 de outubro de 2018, ante o desprovimento do Recurso da Remessa Necessária, o provimento do Recurso Extraordinário da empresa e o trânsito em julgado, o processo foi encerrado.

***Processo ICMS - MG***

Em 28 de dezembro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, no montante original de R\$ 18.506 e atualizado para R\$55.032 em 2019, alegando falta de destaque de ICMS devido relativo a operações interestaduais de bonificações e redução da base de cálculo do referido imposto referente ao exercício de 2004. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda possível para essa demanda.

### **Processo PIS e COFINS**

Em 19 de março de 2019, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$64.882 e atualizado para R\$66.305 em 31 de dezembro de 2019, alegando a falta de inclusão das bonificações recebidas em mercadorias de fornecedores na base de cálculo das contribuições para efeito de recolhimento, a inclusão indevida na base de cálculo dos créditos descontados das contribuições do valor do ICMS Substituição Tributária não recuperado pela Sociedade e a insuficiência de recolhimento das contribuições sobre os descontos financeiros a títulos de reembolso de custo dos fornecedores. O processo encontra-se na esfera administrativa, e foi classificado pela Administração como risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos.

## **20 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Sociedade, no montante de R\$ 124.738 está representado por 124.737.896 ações ordinárias sem valor nominal.

A Sociedade pode emitir novas ações até o limite autorizado pela Lei nº 6.404/76, em que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas.

### **b. Reserva legal e de retenção de lucros**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No ano de 2014 a reserva legal atingiu os 20% do capital social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e deixou de ser constituída.

A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado em Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

### **c. Reserva de Lucros – Subvenção para investimento**

A constituição de reserva de subvenção para investimento escriturada em conta de Reservas de Lucros de incentivo fiscal foi realizada para cumprir as exigências da Lei Federal 12.973/2014, art. 30, que dispõe que as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Em março de 2019, a Assembleia Geral dos Acionistas, aprovou a proposta da Administração da Sociedade de constituição da reserva de incentivos fiscais, relativo a subvenções governamentais para investimentos auferidas no exercício social de 2018, no valor total de R\$63.945 com a totalidade do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 27.967 e autorizou a exclusão do saldo remanescente, no valor de R\$ 35.977 da base de cálculo dos dividendos sobre os lucros apurados em períodos subsequentes, nos termos do artigo 523 do Decreto nº 9.580/2018.



Em dezembro de 2019, foi constituída reserva de incentivos fiscais, relativo a subvenções governamentais para investimentos auferidas no exercício social de 2019, no valor total de R\$ 71.254 (R\$ 63.945 em 2018) com a destinação de parte do lucro líquido apurado no exercício social findo em dezembro de 2019. Tal montante foi contabilizado como reserva de subvenção para investimento foi excluído da apuração do Lucro Real dos respectivos períodos de apuração.

**d. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado, anualmente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Sociedade.

A Sociedade poderá distribuir dividendos com base em balanços intermediários, em períodos inferiores a 12 meses, desde que os dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedam o montante das reservas de capital, acrescidos dos lucros acumulados e do lucro do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Sociedade aprovou em 2019 e em 2018 a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, pelo seu valor líquido do IRRF. O montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 4.000 foi contabilizado, em 31 de dezembro de 2019, como distribuição de dividendos a débito do patrimônio líquido, e em atendimento à legislação fiscal, foi excluído da apuração do Lucro Real.

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
Lucro líquido do exercício	120.643	27.967
(-) Reserva de lucros subvenções para investimento saldo remanescente de 2018	(35.977)	-
(-) Reserva de lucros subvenções para investimento de 2019	(71.254)	-
	13.412	27.967
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	3.353	6.992
<b>O dividendo proposto tem a seguinte composição:</b>		
Juros sobre o capital próprio	4.000	3.500
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(600)	(525)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar do exercício	-	3.492
Dividendos a pagar	3.400	6.467

**e. Participação não controladora**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
<b>Saldos no início do exercício</b>	15	16
Participação dos não controladores no lucro do exercício	7	6
Alteração de participação de não controladores	(7)	(7)
<b>Saldos no fim do exercício</b>	<b>15</b>	<b>15</b>

**21 Instrumentos financeiros**

**a. Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

*Ativos consolidados*

<b>31 de dezembro de 2019</b>		<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>		
	<b>Nota</b>	<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	158.863	-	158.863	158.863
Contas a receber	6	449.971	-	448.309	448.309
Depósitos judiciais	18.d	9.100	-	9.100	9.100
<b>Total</b>		<b>617.934</b>	<b>-</b>	<b>616.272</b>	<b>616.272</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>		<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>		
	<b>Nota</b>	<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos financeiros não mensurados ao valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	174.205	-	174.205	174.205
Contas a receber	6	419.085	-	419.085	419.085
Depósitos judiciais	18.d	10.673	-	10.673	10.673
<b>Total</b>		<b>603.963</b>	<b>-</b>	<b>603.963</b>	<b>603.963</b>

### **Passivos consolidados**

31 de dezembro de 2019		Valor Contábil	Valor Justo		
Nota	Outros passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	Total	
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>					
Empréstimos e financiamentos	14	46.220	-	51.635	51.635
Fornecedores	13	797.083	-	793.609	793.609
Debêntures	14	201.553	-	225.257	225.257
<b>Total</b>		<b>1.044.856</b>	<b>-</b>	<b>1.070.501</b>	<b>1.070.501</b>
31 de dezembro de 2018		Valor Contábil	Valor Justo		
Nota	Outros passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	Total	
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>					
Empréstimos e financiamentos	14	10.416	-	10.416	10.416
Fornecedores	13	793.366	-	793.366	793.366
Debêntures	14	201.848	-	201.848	201.848
<b>Total</b>		<b>1.005.630</b>	<b>-</b>	<b>1.005.630</b>	<b>1.005.630</b>

#### **b. Mensuração do valor justo**

##### ***Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis***

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na Nota explicativa 4 (h).

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não-observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>	Técnica de comparação de mercado / fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustado por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável
<b>Outros passivos financeiros</b>	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto (taxas de Mercado divulgadas por fontes externas - BM&F Bovespa e AE Broadcast) ajusta ao risco.	Não aplicável	Não aplicável

**c. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Sociedade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

**c.1 Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração da Sociedade tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Sociedade, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Sociedade está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

**c.2 Gestão do risco de capital**

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, para atender aos pequeno e médio varejos, e maximizar os recursos para prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em suas operações.

A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15)	(209.051)	(207.705)	(247.773)	(212.264)
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	140.512	157.354	158.863	174.205
Dívida líquida	(68.539)	(50.351)	(88.910)	(38.059)
Patrimônio líquido	512.055	395.412	512.070	395.427
Alavancagem	13,4%	12,7%	17,4%	9,6%

### **c.3 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber decorrentes de contratos com clientes	136	731	20	445

#### *Contas a receber*

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da Sociedade apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

A Sociedade adota um modelo de crédito considerando variáveis comportamentais internas e externas do cliente. Há atribuição de riscos distintos para os diversos perfis de clientes que envolvem diversas variáveis e pesos como: segmento de negócio, tempo de fundação, região geográfica, perfil comportamental de pagamentos, informações restritivas de mercado e comportamento dos sócios. O perfil de risco da carteira é extremamente pulverizado e baixa concentração de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. As vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação conforme política de alçadas estabelecida. A Sociedade possui uma carteira de recebíveis na qual 85% dos clientes

transacionam em média a mais de 4 anos, sendo que esses clientes não apresentaram riscos de recuperação judicial ou perdas no encerramento do exercício. A Sociedade monitora mensalmente o risco de crédito, e os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoas físicas e jurídicas, atividades, localização, histórico e existência de dificuldades financeiras em períodos anteriores.

A Sociedade não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis, exceto, quando há uma exposição mais relevante. Para estes casos adota-se Termo de Fiança dos sócios ou mesmo seguro de crédito. A Sociedade não tem contas a receber de clientes para as quais nenhuma provisão de perda é reconhecida em razão da garantia.

A análise da exposição da Sociedade ao risco de crédito de contas a receber de clientes por faixa de vencimento está apresentada na nota explicativa nº 6.

#### **Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos**

A Sociedade aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ele considera serem capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis em bureaus de crédito e órgãos especializados, por exemplo) e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo consistentes com as definições de classificação de crédito externas de agências como Serasa Experian.

O risco de crédito é calculado por meio do uso do método de *Score* (variáveis comportamentais internas do cliente) e *Rating* (através modelagem de *Behavioral e Application, obtendo-se variáveis comportamentais externas do cliente*) e baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos dezessete anos.

As informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por faixa de vencimento, bem como a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

A Sociedade e suas controladas detinham ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 158.863 em 31 de dezembro de 2019 (2018: R\$ 174.205). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

A Sociedade considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

#### **c.4 Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa suficiente, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. Em dezembro de 2019 a Companhia assegurou contratação de linha compromissada junto ao Banco do Brasil para compor a estratégia de liquidez no montante de R\$ 50.000 com prazo de vencimento em 12 meses. Além disso, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2019 linhas de conta garantida contratadas junto às instituições financeira parceiras no montante total de R\$ 8.400.

A Administração monitora o nível de liquidez da Sociedade, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5). Além disso, a política de gestão de liquidez da Sociedade envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Os vencimentos dos passivos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2038	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.292	85.788	83.006	79.013	7.967	2.141	334	5.939	<b>284.480</b>
Fornecedores	797.083	-	-	-	-	-	-	-	<b>793.366</b>

Adicionalmente, a Sociedade possui fianças bancárias obtidas para fazer face a regimes especiais de recolhimento de ICMS, no montante total de R\$ 28.715 e como garantia nos contratos de financiamentos firmados para aquisição de veículos através do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, junto ao Banco do Nordeste no montante de R\$17.989, sendo este o valor máximo que a Sociedade pode ser obrigada a liquidar, conforme os termos dos contratos estabelecidos com as instituições financeiras, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte.

## **c.5 Riscos de mercado**

### *Risco com taxas de câmbio*

Decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem os valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não possuía obrigações de empréstimos em moeda estrangeira, e possuía saldo no montante de R\$590 (R\$1.448 em 2018) referente aquisição de mercadorias importadas.

### *Risco de taxas de juros*

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo. Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Administração mantém contínuo monitoramento do CDI, com o propósito de, se necessário, ajustar as taxas de financiamento aos clientes para mitigar estas flutuações. Adicionalmente, a totalidade do saldo de equivalentes de caixa da Companhia é também indexada à variação do CDI, mesmo indexador das dívidas pós fixadas.

### **Análise de sensibilidade**

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de aumento nas taxas de juros foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela B3. Os efeitos esperados das despesas com juros líquidas de receitas financeiras das aplicações financeiras para os próximos 12 meses são como segue:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I Deterioração de 25%</b>	<b>Cenário II Deterioração de 50%</b>
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15)	(247.773)	(247.773)	(247.773)
Dívidas à taxa pré-fixada	5.939	5.939	5.939
Dívidas à taxa pré-fixada	18.851	18.851	18.851
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 5)	158.062	158.062	158.062
Dívida líquida sujeita à variação do CDI	(64.921)	(64.921)	(64.921)
Taxa do CDI anual em 31/12/2019	4,40%	4,40%	4,40%
Taxa do CDI futura projetada para os próximos 12 meses	4,47%	5,59%	6,71%
<b>Efeito nas despesas financeiras sujeitas a variações do CDI:</b>			
- Conforme taxa efetiva	(2.857)	(2.857)	(2.857)
- Conforme cenários	(2.902)	(3.629)	(4.356)
Aumento nas despesas financeiras para os próximos doze meses	(45)	(772)	(1.499)

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

No ano-calendário de 2019 e 2018, a Sociedade não realizou nenhuma operação de derivativos.

**e. Compromissos**

Os compromissos, as obrigações e os direitos contratuais dados ou recebidos não registrados no balanço patrimonial são como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/19</b>	<b>31/12/18</b>
Cédula de Crédito Comercial com o Banco de Brasília S.A. - BRB (vide nota explicativa nº 16)	348.338	348.338	348.338	348.338

## **22 Plano de suplementação de aposentadoria**

### **Plano de previdência privada**

A Sociedade é co-patrocinadora da MartinsPrev, Sociedade fechada de previdência privada complementar, que tem como objetivo oferecer a seus funcionários participantes benefícios de aposentadoria, invalidez e pensão por morte.

A MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadorias) e de benefício de risco (invalidez e pensão por morte). Para a aposentadoria, o patrocinador contribui com 1,68% (1,84% em 31 de dezembro de 2018) da folha de pagamento dos participantes. Para invalidez e pensão, planos custeados integralmente pelo patrocinador, a contribuição no ano 2019 equivale a 1,57% (1,76% em 31 de dezembro de 2018) da folha de pagamento dos participantes.



Até fevereiro de 2009, o patrocinador contribuía com 1,34% da folha de pagamento dos participantes para a modalidade de contribuição definida. A partir de março de 2009, o plano foi alterado e o patrocinador passou a contribuir mensalmente com um percentual que incide sobre o salário de participação do participante, conforme demonstrado na tabela a seguir:

<b>Salário de participação - em reais -R\$ (*)</b>	<b>Contribuição normal do patrocinador - %</b>
2.055,52	0,25
2.055,53 a 4.111,14	0,50
4.111,15 a 6.166,68	0,75
6.166,69 a 8.222,26	1,00
8.222,27 a 10.277,80	2,50
10.277,81 a 12.333,37	3,00
12.333,38 a 16.444,50	3,50
16.444,51 a 20.555,63	4,00
Acima 20.555,64	5,00

(\*) Valores praticados de dezembro de 2018 a novembro de 2019.

O passivo atuarial relacionado aos benefícios de risco (pensão por invalidez e morte) é repassado à Bradesco Vida e Previdência S.A., por meio do Convênio de Repasse de Riscos, a qual se responsabiliza pela respectiva cobertura, motivo pelo qual não há consignado nenhum passivo atuarial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

No ano 2019 a Sociedade contribuiu com R\$ 3.437 (R\$ 3.751 em 2018).

Informações adicionais:

- O percentual de 1,57% referente aos Benefícios de Risco (Invalidez e Morte) é definido de acordo com o Artigo 16 do Regulamento do Plano.
- O reajuste dos valores das contribuições está no Artigo 24 do Regulamento do Plano.
- Os atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios MartinsPrev no ano de 2013 constituíram déficit sobre os benefícios concedidos, sendo que as principais razões para o surgimento do déficit foram a rentabilidade obtida no investimento dos recursos garantidos dos benefícios ter sido inferior à meta atuarial registrada no mesmo período, bem como as perdas em decorrência de movimentação cadastral no Plano. A quantidade de participantes que se apresentaram até fevereiro de 2009 que ainda tinha direito ao plano de benefício era irrelevante.
- A Administração e seus consultores legais entendem que o valor provisionado nas demonstrações financeiras atende aos futuros desembolsos de caixa e que anualmente esta reserva será revisada. A Administração da Sociedade formalizou Plano de Equacionamento do Déficit Técnico que seria amortizado em 20,08 anos (241 meses), no entanto, no ano de 2018 foi amortizado o montante de R\$ 11 e o saldo do passivo atuarial registrado nas Demonstrações Financeiras no montante de R\$ 451 foi equacionado conforme Avaliação Atuarial do Plano em março de 2018, liquidando assim o déficit.

## 23 Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços

### a. Fluxos da receita

A Sociedade gera receita principalmente pela venda de mercadorias em geral no atacado e varejo e pela prestação de serviços de concessão e licenciamento de uso da marca Smart e disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista. Outras fontes de receitas incluem receita de descarga, paletização e armazenagem.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentada na demonstração do resultado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Receita de mercadorias	4.855.174	4.658.430	4.875.509	4.696.112
Receita de serviços	193.159	185.132	218.187	203.941
<b>Total da receita Bruta</b>	<b>5.048.333</b>	<b>4.843.562</b>	<b>5.093.696</b>	<b>4.900.053</b>
Impostos sobre vendas	(771.037)	(702.783)	(775.854)	(711.004)
Devoluções e abatimentos	(50.498)	(51.192)	(51.021)	(51.713)
<b>Total de receita contábil</b>	<b><u>4.226.798</u></b>	<b><u>4.089.587</u></b>	<b><u>4.266.821</u></b>	<b><u>4.137.336</u></b>

### b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
<b>Desagregação por Categorias de Produtos:</b>				
Agroveterinários	178.059	163.766	178.805	165.633
Alimentos	672.988	619.022	675.807	626.082
Bazar	206.905	185.225	207.772	187.338
Bebidas	258.300	248.839	259.382	251.677
Calçados	333.773	307.686	335.171	311.195
Eleto/Informática	756.164	739.010	759.331	747.438
Higiene/Beleza/Limpeza	1.306.847	1.324.025	1.312.321	1.339.126
Material Elétrico/Construção/Hidráulico	557.613	494.962	559.949	500.608
Telecom	482.591	468.147	484.612	473.486
Outros	101.934	107.748	102.359	93.529
<b>Total Receita de Mercadorias</b>	<b>4.855.174</b>	<b>4.658.430</b>	<b>4.875.509</b>	<b>4.696.112</b>
<b>Desagregação das Receitas de serviços:</b>				
Serviços Smart	25.713	25.602	25.713	25.602
Serviços Logísticos	150.144	144.075	174.635	162.603
Serviços Tecnologia de gestão para comércio	16.535	13.278	16.535	13.278
Serviços e-Fácil	410	1.340	410	1.340
Outros	357	837	894	1.118
<b>Total Receita de Serviços</b>	<b><u>193.159</u></b>	<b><u>185.132</u></b>	<b><u>218.187</u></b>	<b><u>203.941</u></b>
<b>Total da receita</b>	<b><u>5.048.333</u></b>	<b><u>4.843.562</u></b>	<b><u>5.093.696</u></b>	<b><u>4.900.053</u></b>

**c. Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)
Venda de mercadorias	<p>A Sociedade trabalha com três canais de vendas, o presencial, comércio eletrônico e vendas digitais. Os contratos de vendas (“pedidos”) com a base de clientes são celebrados eletronicamente pelos canais de vendas. Os pedidos são processados, faturados e os títulos de cobrança são emitidos de forma escritural no momento do faturamento. O prazo médio de entrega dos produtos pode variar de 1 a 7 dias, dependendo da região. Os clientes obtêm a posse das mercadorias no momento que são entregues e aceitas nas dependências do cliente. O pagamento dos títulos ocorre, normalmente em um prazo médio de 33 dias.</p> <p>Todos os contratos (“pedidos”) permitem ao cliente a devolução total ou parcial dos produtos no momento do aceite, podendo as mercadorias serem trocadas por outras ou os créditos serem abatidos nas próximas compras, para alguns contratos é permitido a devolução em dinheiro. O preço da transação é determinado pelo valor da mercadoria entregue nas dependências do cliente, sendo dessa forma o frete de vendas uma obrigação de desempenho.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para todos os contratos (“pedidos”) é permitido aos clientes devolver as mercadorias ou parte delas, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos das devoluções ocorridas em períodos anteriores. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos</p>
Venda de serviços	<p>A Sociedade obtém receitas na prestação de serviços relacionadas a sua atividade principal, tais como (i) consultoria e assessoria na gestão e organização de lojas varejistas, (ii) carga, descarga, paletização, armazenagem e transporte de mercadorias, (iii) transmissão eletrônica de dados e transações financeiras e (iv) divulgação de marcas e produtos no sites do ecommerce. O pagamento dos títulos ocorre, normalmente a vista ou em um prazo de 30 dias. A Sociedade não devolve dinheiro de serviço efetivamente prestado.</p>	<p>A receita é reconhecida no período em que o serviço é efetivamente prestado.. A Sociedade não faz nenhum ajuste a título de vendas canceladas ou serviços recebidos, porém não prestados.</p>

## 24 Natureza dos custos e das despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Custo das mercadorias vendidas	(3.355.274)	(3.250.106)	(3.370.331)	(3.273.752)
Custos e despesas com folha de pagamento	(257.778)	(250.144)	(309.455)	(303.857)
Comissões sobre vendas	(159.704)	(140.630)	(159.716)	(141.049)
Manutenção, armazenagem e frete	(278.799)	(259.496)	(180.113)	(180.350)
Despesas de aluguel	(5.432)	(28.519)	(7.308)	(33.939)
Acordos comerciais	(15.245)	(20.273)	(15.807)	(20.765)
Depreciação e amortização	(18.019)	(18.695)	(27.139)	(25.419)
Depreciação arrendamento mercantil	(27.714)	-	(31.355)	-
Serviços prestados por terceiros	(26.916)	(30.316)	(28.722)	(32.423)
Despesas com utilidades	(15.162)	(15.500)	(16.336)	(16.793)
Despesas com tributos	(6.705)	(10.713)	(32.214)	(32.165)
Despesas com propaganda e publicidade	(9.615)	(4.363)	(9.618)	(4.383)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	136	731	20	445
Perdas líquidas no valor recuperável de créditos tributários e estoques	4.529	(835)	4.772	(835)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	376	(157)	(1.753)	(1.119)
Outras despesas	(96.484)	(69.632)	(105.558)	(73.473)
<b>Total</b>	<b>(4.267.806)</b>	<b>(4.098.648)</b>	<b>(4.290.633)</b>	<b>(4.139.877)</b>

Representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(3.381.176)	(3.276.147)	(3.398.278)	(3.301.781)
Despesas comerciais e de distribuição	(779.941)	(711.999)	(751.583)	(701.383)
Despesas gerais e administrativas	(106.689)	(110.502)	(140.772)	(136.713)
<b>Total</b>	<b>(4.267.806)</b>	<b>(4.098.648)</b>	<b>(4.290.633)</b>	<b>(4.139.877)</b>

## 25 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Receitas:				
Bonificações recebidas de fornecedores	41.581	38.300	41.581	38.348
Vendas acessórias	552	246	569	265
Aluguel	1.385	1.964	1.937	2.255
Vendas de bens do ativo imobilizado	246	32	4.539	908
Despesas e custos recuperados	1.103	4.535	1.567	4.679
Resultado com alienação de investimento	65	126	65	126
Provisão (reversão) para perdas ao valor recuperável	4.141	359	4.141	359
Ressarcimento de tributos (*)	54.254	-	55.540	-
Outras receitas	13	1.304	13	1.306
<b>Despesas:</b>				
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(6.966)	(393)	(9.894)	(409)
<b>Total</b>	<b>96.374</b>	<b>46.473</b>	<b>100.058</b>	<b>47.837</b>

(\*) Ver comentários nota explicativa 8.

## 26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
<b>Receitas financeiras:</b>				
Juros recebidos	16.528	12.511	16.469	12.718
Ganhos com aplicações financeiras	6.033	6.609	6.779	7.319
Rendimentos - investimentos - FIDC	-	2.736	-	2.736
Outras receitas	152	162	189	181
	22.713	22.018	23.437	22.954
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros pagos	(14.784)	(5.137)	(15.556)	(5.544)
Descontos concedidos	(19)	(77)	(160)	(220)
Juros sobre operações FIDC	-	(10.944)	-	(10.944)
Encargos arrendamento mercantil	(4.686)	-	(5.009)	-
Outras despesas	(6.761)	(8.897)	(7.314)	(9.264)
	(26.250)	(25.055)	(28.039)	(25.972)
<b>Variações monetárias e cambiais:</b>				
Variações monetárias e cambiais ativas (*)	47.478	2.119	48.349	2.229
Variações monetárias e cambiais passivas	(4.381)	(899)	(4.600)	(899)
	43.097	1.220	43.749	1.330
<b>Total</b>	39.560	(1.817)	39.147	(1.688)

(\*) Ver comentários nota explicativa 8

## 27 Informações por segmento

A Sociedade apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o segmento de atacado, que representa substancialmente a receita total da Sociedade e suas controladas, uma vez que a natureza das comercializações de produtos, serviços, categoria de clientes, formas de distribuição, comercialização e outros aspectos são os mesmos para os diversos tipos de mercadorias e serviços comercializados. Adicionalmente, não há utilização de informações por segmento para tomadas de decisões estratégicas. A Administração e o Conselho de Administração da Sociedade e suas controladas avaliam a performance e alocam os recursos necessários de forma consolidada.

## 28 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2019, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Ativos - imóveis	290.000
Responsabilidade civil - operações, administradores e produtos	80.000
Riscos diversos - roubo	20.000
Transporte de carga - nacional e internacional	2.000

A Sociedade e suas controladas optam pela não contratação de seguros para sua frota de caminhões com valor residual de R\$ 78.738 (R\$ 42.436 em 31 de dezembro de 2018), uma vez que, com base em análises internas aprovadas pela Administração, entende que o risco de sinistro é substancialmente diluído.

## **29 Eventos subsequentes**

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A Administração da Sociedade avaliou os possíveis impactos do Corona Vírus (COVID-19) em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 e concluiu que não haverá nenhum efeito retrospectivo. Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019, não havia exposição de dívida ou compromisso em moeda estrangeira ou contrato de fornecimento em aberto que poderia ser revisto dado a ruptura nas cadeias globais de fornecimento em decorrência da pandemia do COVID-19.

Em relação ao ano de 2020, considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados. A Administração da Sociedade acredita que haverá impactos na operação. No entanto, à medida em que as informações econômicas, financeiras e operacionais estão sendo disponibilizadas, a Sociedade, com base em sua melhor avaliação, toma as medidas que julga necessárias para mitigar os impactos sobre seus colaboradores e sobre as atividades, de tal forma que o atendimento aos clientes seja preservado.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: 1) suspensão de novas contratações, 2) suspensão e paralização de novos projetos com longo prazo de duração, 3) revisão da política de concessão de crédito a clientes, 4) revisão da carteira de pedidos a fornecedores, e 5) readequação do capital de giro e reforço de linhas de crédito disponíveis junto a instituições financeiras. A Administração da Sociedade, entende que tais medidas poderão ser reavaliadas e readequadas, dependendo da duração e dimensão dessa pandemia.

\* \* \*

### **Diretoria**

Alair Martins do Nascimento - Presidente do Conselho de Administração  
Flávio Lúcio Borges Martins da Silva- Diretor Geral  
Rubens Batista Júnior - Diretor Financeiro

### **Contador**

***Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.***  
*Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas referentes ao exercício  
findo em 31 de dezembro de 2019*

Marcos Antônio de Souza  
CRC SP 154.526/O-7 “T” MG